

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

CONTRATANTE (UASG)
(180316)

OBJETO

Contratação de serviços de depósito e guarda de veículos automotivos, peças e outros tracionados, apreendidos em razão de atos de Polícia Judiciária, e outros bens, no âmbito da Delegacia Seccional de Jacupiranga, com disponibilização de pátio.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 1.237.765,80

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 03/07/2026 às 10:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11. DOS RECURSOS	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACUPIRANGA
UGE 180316

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

(Processo Administrativo nº 058.000.66377/2025-96)

Torna-se público que o Estado de São Paulo por intermédio da Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga/SP, UGE 180316, com sede na Avenida Hilda Mohring de Macedo, nº 1329, Vila Elias, Jacupiranga/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é “Contratação de depósito e guarda de veículos automotores e outros bens móveis apreendidos em decorrência de atos característicos de polícia judiciária ou de interesse da Administração, a fim de atender a todas as unidades subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga, com disponibilização e administração do pátio, com área total mínima de 11.397,474 m²”, enquadrando-se como serviços comuns contínuos, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, e não definidos como serviços de engenharia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.5. Em relação às regras aplicáveis a presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item único, objeto desta licitação, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor mensal e total estimado do item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 200,00 (duzentos reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e

empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão

divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação à pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de

decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico através de solicitação e recebimento por e-mail, utilizando o endereço de correio eletrônico: financas.jacupiranga@policiacivil.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): e-mail financas.jacupiranga@policiacivil.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet, correio eletrônico financas.jacupiranga@policiacivil.sp.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), compras.gov.br e, ainda, através do endereço de correio eletrônico financas.jacupiranga@policiacivil.sp.gov.br.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.1.2. Anexo I.2 – Protocolo de Execução de Serviço de Pátio e Guarda de Veículos e Bens Móveis;

14.16.1.3. Anexo I.3 – Plano de Implementação;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.16.3. ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;

14.16.4. ANEXO IV – Modelos referente a planilha de proposta;

14.16.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.16.5.1. Anexo V.1 – Modelo de declaração exigida para habilitação;

14.16.5.2. Anexo V.2 – Modelo de Declaração de ciência e comprometimento quanto ao protocolo de execução dos serviços;

14.16.6. ANEXO VI – Planilha orçamentária;

Jacupiranga/SP, na data da assinatura eletrônica.

Dr. Carlos Eduardo Vieira Ceroni

Autoridade Competente

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE JACUPIRANGA

Termo de Referência 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	180316-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE JACUPIRANGA	THIAGO MILANESI SABBAG	16/06/2026 12:13 (v 0.12)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		058.00066377/2025-96

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços de **depósito e guarda de veículos automotores e outros bens móveis apreendidos em decorrência de atos característicos de polícia judiciária ou de interesse da Administração, a fim de atender a todas as unidades subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga, com disponibilização e administração do pátio, com área total mínima de 11.397,474 m²**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE		QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		CAT	SERD E MEDIDA			[A2] [A3]
1	Serviços de Guarda de Veículos e Bens Móveis com disponibilização e administração de pátio	14087	mês	60	R\$ 20.629,43	R\$ 1.237.765,80

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como *comum*, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do termo contratual, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que os serviços serão desempenhados como "atividade meio" - serviços auxiliares, de apoio, instrumentais ou acessórios em relação às atividades finalísticas da administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

1.5. O depósito consiste na colocação do veículo ou objetos em local adequado. A guarda é a vigilância exercida sobre o bem no local em que está depositado, objetivando sua proteção e preservação até sua destinação final.

1.6. Os serviços de remoção e transporte de veículos mediante guinchos, que complementam a atividade de guarda, serão contratados em processo separado.

1.7. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.8. A licitação será realizada na modalidade Pregão eletrônico, com modo de disputa aberto, em lote único e o critério de julgamento será o menor preço.

1.9. O serviço a ser contratado deverá atender as demandas desta Delegacia Seccional de Polícia e de suas unidades subordinadas, compreendendo:

1. DELEGACIA SECCIONAL DE JACUPIRANGA;
2. DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE JACUPIRANGA;
3. DELEGACIA DE INVESTIGAÇÕES GERAIS (DIG);
4. CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA (CPJ) - Composta pelo 1º DP de Jacupiranga, 2º DP de Jacupiranga, Delegacia de investigações sobre entorpecentes (DISE);
5. DELEGACIA DO MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO/SP;
6. DELEGACIA DO MUNICÍPIO DE IPORANGA/SP;
7. DELEGACIA DO MUNICÍPIO DE CAJATI/SP;
8. DELEGACIA DO MUNICÍPIO DE ELDORADO/SP;
9. DELEGACIA DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU/SP;
10. DELEGACIA DE POLÍCIA DE CANANÉIA/SP.

1.10. Atualmente, encontram-se apreendidos por esta DELSECPO e suas unidades subordinadas 1.501 veículos, entre motocicletas, automóveis e caminhões, número que deve aumentar com a transferência de veículos atualmente armazenados nas unidades policiais, bem como de eventuais novas apreensões ao longo do corrente ano. Tais veículos estão armazenados na cidade de Jacupiranga em pátio de fornecedor cujo contrato está próximo do encerramento.

1.11. Quanto aos tipos de veículos, deve-se considerar todas as espécies de veículos em circulação, além de partes ou peças, maquinários ou outros bens móveis que possam ser objeto de apreensão durante as atividades de polícia judiciária ou de interesse da Administração.

1.12. Para fins de dimensionamento e organização do espaço físico, os veículos e bens móveis apreendidos são classificados nos seguintes grupos:

- a) Veículos Leves: Automóveis, utilitários, caminhonetes e similares;
- b) Veículos Pesados: Caminhões, ônibus, tratores, reboques e congêneres;
- c) Motocicletas e Peças: Motocicletas, ciclomotores, caixas de câmbio, motores e outros componentes;

d) Outros: Maquinários e demais bens móveis passíveis de apreensão durante as atividades de Polícia Judiciária ou de interesse da Administração.

1.13. A contratação de serviços de pátio e guarda de veículos visa garantir a continuidade de local adequado para a guarda dos veículos apreendidos, a solução para as demandas recorrentes de armazenamento e a adequação técnica dos serviços atualmente contratados, mediante implementação de novas condições contratuais que atendam às recomendações dos órgãos de controle, às imposições de novos dispositivos legais e às convicções originadas nos estudos e na experiência obtida por esta Delegacia Seccional de Polícia com base nos contratos anteriores.

1.14. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.15. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.16. Registra-se que este documento foi confeccionado por meio do Sistema TR Digital, e em observância ao Manual do Sistema TR Digital, disponível no Portal de Compras do Estado de São Paulo, e em total cumprimento ao Decreto Estadual nº 68.185 /2023.

Subcontratação

1.17. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A Delegacia Seccional de Jacupiranga (DELSECPOL) necessita de uma solução integrada para armazenamento e gestão segura de veículos e bens móveis apreendidos em operações policiais, considerando:

Demanda atual: Acervo atual depositado 1.501 veículos (457 leves, 59 pesados, 985 motos/peças) + Projeção estimada de (61 leves, 20 pesados, 178 motos/peças) = perfazendo um total de 1759 veículos (518 leves, 79 pesados, 1163 motos/peças)

Projeção: Crescimento médio de 6,80% ao ano (base histórica 2021-2026) - Anexo ao Estudo Técnico Preliminar (ANEXO I).

Problemas críticos: Falta de infraestrutura adequada, risco de deterioração e custos operacionais elevados

3.2. A solução proposta visa atender integralmente às necessidades da Delegacia Seccional de Jacupiranga, com elevado padrão de segurança, rastreabilidade, regularidade e eficiência. A estrutura proposta combina requisitos técnicos, legais e operacionais que garantem a proteção do interesse público com a viabilidade econômica da contratação. Trata-se, portanto, de solução tecnicamente adequada, economicamente justificável e juridicamente segura.

A solução contempla todo o ciclo de execução do objeto, desde o recebimento dos bens até sua destinação final, com foco na eficiência operacional e na segurança, conforme as melhores práticas de gestão pública.

3.2.1. O serviço a ser prestado deve englobar tanto o depósito em local apropriado quanto a guarda de veículos e/ou partes de veículos apreendidos. Em caráter excepcional, o pátio também poderá ser utilizado para armazenar bens móveis apreendidos durante as atividades de polícia judiciária ou objetos em geral, bem como veículos oficiais, viaturas acidentadas ou em processo de baixa ou objetos em geral de interesse da Administração.

3.3. Componentes Principais

Elemento	Especificações Técnicas
Infraestrutura Física	<ul style="list-style-type: none">• Área total mínima: 11.397,474 m²
Segurança	<ul style="list-style-type: none">• Cerca perimetral (2,5m) + concertina• Câmeras 5MP (gravação 6 meses)• Iluminação LED com sensores
Gestão Tecnológica	<ul style="list-style-type: none">• Software com:• Cadastro por BO/IP• Registro de informações gerais• Relatórios mensais

Observação: Para garantir uma execução adequada desenvolvido o protocolo de execução de serviços na etapa do Termo de Referência descrevendo e detalhando as etapas da execução dos serviços de modo a garantir qualidade adequada.

3.3.1. Recepção e Identificação

3.3.1.1. Os veículos e bens móveis serão recebidos, identificados e registrados em sistema específico, garantindo a rastreabilidade e a documentação adequada de cada item.

3.3.1.2. Será adotado um sistema de controle informatizado para monitorar a entrada e saída dos bens, com emissão de relatórios periódicos.

3.3.1.3. Ao receber ou liberar um veículo ou outro bem, a contratada deverá preencher Check List e realizar registro fotográfico.

3.3.2. Armazenamento e Segurança

3.3.2.1. Os veículos e bens serão armazenados em áreas adequadas, protegidas contra intempéries, vandalismo e furtos.

3.3.2.2. A área de guarda será monitorada por sistemas de segurança, como câmeras de vigilância, cercas eletrificadas e rondas periódicas.

3.3.2.3. Serão adotadas medidas de prevenção de incêndios e outras emergências, conforme normas técnicas aplicáveis.

3.3.3. Destinação Final

3.3.3.1. Ao término do período de custódia, os veículos e bens serão encaminhados para destinação final conforme determinação legal, incluindo leilões públicos, doações ou descarte ambientalmente correto.

3.3.4. Inovação e Eficiência

3.3.4.1. A solução prevê a adoção de práticas inovadoras, como o uso de tecnologias digitais para gestão do pátio e a implementação de processos que otimizem a utilização de recursos.

3.3.4.2. Será priorizada a transparência e o controle rigoroso de todos os processos, garantindo a conformidade legal e a prestação de contas.

Outros itens e execução pormenorizada estarão devidamente descritos no Anexo II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS.

3.4. Objetivo da Solução

A solução proposta tem como objetivo garantir a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de guarda e depósito de veículos e bens móveis, com infraestrutura adequada, segurança perimetral, sistemas informatizados e atendimento padronizado. Visa também assegurar a rastreabilidade, integridade e manutenção dos bens sob custódia da Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga (DELSECPOL), inclusive viaturas oficiais sinistradas ou em desativação.

3.5. Adequação

O objeto da presente contratação enquadra-se na definição de “SERVIÇOS COMUNS”, uma vez que é composto de serviços padronizados e definidos inteiramente por meio de especificações claras e objetivas, tanto no que diz respeito à aplicação de mão de obra como no fornecimento de materiais. Além disso, o objeto segue especificações que são usuais de mercado, já que sua execução é perfeitamente conhecida e dominada por este órgão de segurança pública.

Também possui, em essência, as seguintes características:

- a) “**NATUREZA CONTINUADA**”, tendo em vista poder ser demandado a qualquer momento ou prazo, sendo indispensável ao cumprimento das atividades legais do órgão e necessários por período indeterminado;
- b) “**SEM MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**”, pois a execução das atividades não demanda a disposição e utilização de toda a mão de obra da contratada, o tempo todo, não havendo necessidade, durante a execução contratual, que os empregados da empresa contratada fiquem à disposição da contratante em suas dependências. Reforça-se que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os funcionários da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- c) “**NÃO EXCLUSIVO**”, tendo em vista que a Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga não requer exclusividade na prestação dos serviços, assim, a contratada poderá prestar os mesmos serviços a outros órgãos, empresas ou particulares durante a vigência do contrato, conforme seu interesse, desde que se mantenha disponível à plena execução contratual junto às delegacias de polícia, onde deverá manter uma área mínima reservada aos veículos encaminhados pelo órgão e de acesso exclusivo de acordo com o previsto em Edital.

Considerando que se trata de **serviço comum**, a contratação pretendida será realizada por meio de licitação pública, na **modalidade de pregão eletrônico e modo de disputa aberto**, por ser a alternativa mais adequada e eficiente identificada pela Administração Pública para solucionar a demanda.

Quanto ao critério de julgamento verifica-se mais adequado o de **menor preço**.

Acrescenta-se, ainda, que conforme decreto 67.985/2023 que regulamentou o disposto no artigo 20 da Lei federal nº 14.133 /2021, a contratação dos serviços pretendidos **não se enquadra na categoria de luxo**, sendo necessária para suprir a demanda justificada da entidade contratante, independentemente do valor monetário.

3.6 Justificativa Técnica

A presente solução foi formulada com base nas necessidades da DELSECPOL, considerando:

- Preservação e Segurança dos Bens: Redução de riscos de furto, danos e deterioração dos bens apreendidos.
- Padronização Operacional: Centralização e controle eficaz do acervo de veículos.
- Rastreabilidade e Transparência: Por meio de sistema digital com evidências visuais e relatórios mensais.

- Adequação Normativa: Alinha-se à Lei 14.133/2021, IN 40/2020, legislação ambiental, de acessibilidade e órgãos de controle.

3.7. Justificativa Econômica

Economia de Escala: A concentração dos serviços em um único contrato gera eficiência administrativa e financeira.

Previsibilidade Orçamentária: O modelo de preço fixo mensal permite gestão orçamentária com menor exposição a flutuações e economia direta para a Administração.

Atratividade e Competitividade: A padronização e previsibilidade tornam o certame mais atrativo a fornecedores de outras regiões, desta forma é possível garantir maior concorrência.

3.8. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em documento específico denominado PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, anexo II deste Termo de Referência.

3.8.1. O licitante deverá observar atentamente todo conteúdo do protocolo de execução de serviço ao elaborar sua proposta.

3.8.2. O Protocolo de Execução de Serviço é parte integrante deste Termo de Referência e será utilizado como referência para execução do objeto durante toda vigência contratual, podendo ser alterado por ato justificado da Administração.

3.8.3. O Protocolo de Execução de Serviço tem caráter complementar a todas as demais exigências e requisitos estipulados neste Termo de referência, no edital, no termo contratual e demais documentos do processo.

3.8.4. O Protocolo de Execução de Serviço será objeto de análise na reunião de integração com o fornecedor contratado e deverá ser assinado pelo gestor, pelo fiscal e pelo preposto da empresa contratada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Em observância ao Decreto Estadual 68.017/2023, ao disposto no inciso II do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020 e ao art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente seção detalha os requisitos técnicos, operacionais, funcionais, estruturais e sustentáveis indispensáveis à prestação do serviço de guarda e depósito de veículos e bens móveis apreendidos pelas unidades subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga (DELSECPOL).

4.1.1. Tais requisitos constituem condições essenciais para garantir a execução satisfatória do objeto, bem como assegurar o atendimento integral à demanda institucional, obedecendo aos princípios da seleção da proposta mais vantajosa, da sustentabilidade, da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e da responsabilidade socioambiental.

4.2. Infraestrutura física obrigatória

4.2.1 Localização

- a) Distância máxima de **35 km** da sede da DELSECPOL;
- b) Preferencialmente em zona urbana, salvo exceções que apresentem similar facilidade de acesso por meio de vias pavimentadas, não será admissível a localização em áreas de risco (aluviões, encostas instáveis, inundações frequentes ou proximidade com atividades perigosas);
- c) Acesso viável para veículos de grande porte (caminhões, ônibus, carretas);
- d) Conformidade com Plano Diretor Municipal e legislação de uso e ocupação do solo;
- e) **A área deverá ser única**, atendendo a todas as exigências, não sendo admitida a divisão em espaços distintos ou o depósito de veículos e bens em local diverso do aprovado pela Administração;

4.2.2. Área do Pátio

4.2.2.1. Demanda mínima de áreas:

- 518 vagas para veículos leves;
- 79 vagas para veículos pesados;
- 1163 vagas para motocicletas, motores e partes.

4.2.2.2. **Área total mínima de 11.397,474 m²:** A área operacional mínima foi calculada com base nas informações contidas no no Código de Obras e Edificações do Município de Jacupiranga, no Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo (COE) e em referências complementares para veículos pesados não contemplados no COE, em especial, o Manual brasileiro de sinalização de trânsito – Volume 4 (sinalização horizontal) do Departamento nacional de trânsito (DENATRAN) e a resolução CONTRAN 882/2021. No cálculo das áreas, observada a diversidade dos veículos apreendidos, foi considerada sempre as dimensões médias, portanto, deverá o operador do pátio prever tal variação e garantir vagas adequadas para todos os tipos e portes de veículos.

4.2.2.2.1 Área de vagas com 10.361,34 m², pavimentada com massa asfáltica, concreto, cascalho ou solo resistente à movimentação de veículos e com sistema de drenagem eficiente impedindo a formação de lama. Requisitos das Vagas: Para garantir o depósito e guarda adequados, o local deverá:

- a) Ter distribuição adequada de vagas, separando os veículos por tipo e porte.
- b) Possuir espaçamento lateral adequado (corredores) com no mínimo 1m de distância.
- c) Possuir identificação das vagas, quadras e demais disposições de modo a garantir a rápida e fácil localização de qualquer veículo.
- d) Possuir camada de pavimento firme que permita a correta drenagem/percolação sem formação de lama ou acúmulo de água.
- e) A área destinada à execução do objeto contratual deverá ser exclusiva para este fim, não sendo permitido o compartilhamento com outros veículos ou objetos não relacionados ao contrato.

Qualquer outra atividade alheia ao objeto contratado deverá ter separação física total.

4.2.2.2.2. Área de circulação e manobra (ACM), Área de apoio operacional, (AOP) Área de triagem, vistoria e perícia: mínimo de 1.036,134 m².

A área destinada à triagem e perícia dos veículos deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e funcionais:

- a) Estar localizada próxima à recepção, facilitando o acesso e o fluxo operacional;
- b) Estar posicionada fora da rota de trânsito interno de veículos, garantindo segurança e isolamento adequado para as atividades periciais, de recepção e triagem dos veículos;
- c) Possuir cobertura permanente, permitindo a realização dos trabalhos mesmo em condições climáticas adversas, como dias chuvosos;
- d) Dispor de iluminação artificial mínima de 750 lux, distribuída de forma uniforme, em conformidade com a norma ABNT NBR 5413;
- e) Estar equipada com no mínimo dois refletores auxiliares, com fluxo luminoso mínimo de 4.750 lúmens, luz fria, instalados sobre pedestal tripé ou equipamento similar, sendo móveis, reguláveis e com capacidade de iluminação em 360° ao redor do veículo em vistoria;

4.2.2.2.3. Galpão coberto, fechado e pavimentado com concreto ou massa asfáltica, com área mínima de 574 m² para armazenamento de veículos sinistrados, peças ou outros indicados pela administração. Em casos específicos, desde que autorizados pela administração, tais veículos poderão ser armazenados fora do galpão, porém, deverão ser providenciadas coberturas provisórias por capas próprias ou lonas resistentes. O atendimento a este requisito poderá ser feito por somatória de áreas, ou seja, mais de um local desde que todos atendam as exigências e que a somatória de suas áreas seja superior ao mínimo requerido.

4.2.2.2.5. Área administrativa e recepção (AAR): 40m²: A Contratada deverá disponibilizar, nas dependências do pátio, uma área administrativa adequada e funcional, destinada tanto ao atendimento ao público quanto à execução dos serviços administrativos relacionados à guarda e gestão dos veículos e bens apreendidos.

- Essa área deverá estar localizada em espaço coberto, fechado, construído em alvenaria ou estrutura compatível com uso contínuo, e deverá atender às seguintes exigências mínimas:
- Ser ambientada e sinalizada para o atendimento do público externo, com espaço reservado para recepção e espera;
- Possuir acessibilidade plena, em conformidade com a ABNT NBR 9050, garantindo o acesso e atendimento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Essa estrutura deverá garantir condições adequadas de trabalho para os colaboradores da Contratada, bem como atendimento digno, seguro e eficiente ao cidadão.
- Dispor de mobiliário compatível com as atividades administrativas (mesas, cadeiras, armários, arquivos, entre outros);
- Ser equipada com os recursos tecnológicos e de comunicação necessários à execução dos serviços (computadores, impressora multifuncional, linha telefônica, acesso à internet, entre outros);
- Possuir sanitários e instalações adequadas para os funcionários e usuários do serviço;
- Estar em conformidade com a legislação municipal de uso e ocupação do solo, sanitária, ambiental e de segurança, inclusive Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e Alvará de Funcionamento, quando exigidos.
- Observação: Tendo em vista que a área administrativa é um parâmetro estimativo, sua aferição não será considerada, isoladamente, como critério de desclassificação das proponentes.

4.2.2.3. As áreas acima descritas são exigências mínimas. Tais dados foram obtidos por meio de estudo técnico preliminar que avaliou o acervo atual de veículos e a projeção de demanda com base no histórico desta Delegacia Seccional de Polícia.

4.2.2.4. A contratada deverá disponibilizar área única que atenda a todos os requisitos, não será permitida a divisão de áreas em locais distintos. Não será admitida, em hipótese alguma, a suposta guarda de veículo fora do pátio indicado no contrato ou em outro local que não os aprovados inicialmente, salvo em caso de força maior e devidamente justificada e aprovada previamente pela contratante.

4.2.3. Requisitos de Solo e Vagas

- a) Todas as vagas devem ser numeradas conforme projeto de implantação de modo a viabilizar rápida localização.
- b) Pavimento firme, drenável e regular.
- c) Demarcação de vagas, corredores e quadras com separação por tipo e porte de veículo.
- d) Distância lateral mínima entre veículos de 1 metro.
- e) Topografia plana ou levemente inclinada.
- f) Exclusividade de espaço: As áreas delimitadas para execução do objeto contratual terão uso exclusivo da Polícia Civil.

4.2.4. Proteção do Pátio

- a) Muro ou tela perimetral com mínimo de 2,5m, com concertina ou cerca elétrica.
- b) Portão de acesso com controle e vigilância permanente.

4.2.5. Monitoramento, CFTV e Controle de Acesso

- a) Sistema de CFTV com cobertura de 100% da área interna e externa, cuja instalação, operação, manutenção e monitoramento serão responsabilidade da contratada.
- b) Câmeras com resolução mínima de 5MP, noturnas (Ex: True Day/Night);
- c) Gravação ininterrupta por no mínimo 6 meses;
- d) Monitoramento local e remoto, com acesso online garantido à DELSECPOL;
- e) Armazenamento seguro das imagens e entrega sob demanda;
- f) Sistema com gravador digital, monitores e proteção contra intempéries.
- g) As câmeras devem cobrir integralmente os portões de acesso, tanto para veículos quanto para pedestres, quando aplicável. No caso de portões veiculares, é indispensável assegurar a captura nítida das placas de identificação. Já nos portões de pedestres, deve ser garantida a visualização clara e a identificação inequívoca de indivíduos.

4.2.6. Atendimento e Funcionamento

- a) Considerando a atuação permanente deste órgão de segurança pública, o pátio deverá estar disponível para recebimentos de veículos 24h por dia e sete dias por semana, inclusive em feriados. Quanto à retirada de veículos por particulares ou o transbordo de cargas, devidamente autorizadas pela Autoridade competente, a fim de garantir a segurança do local, serão agendadas com a contratada e devem ocorrer entre as 08h00 e as 17h00.
- b) Retirada de veículos por particulares ou trasbordo de cargas: entre 08h00 e 17h00, mediante agendamento;
- c) O contratado deverá prestar atendimento cordial e profissional aos servidores e particulares que buscarem o local. Os policiais civis deverão ser atendidos de imediato e, a fim de garantir um atendimento de qualidade, o tempo máximo de espera de particulares será de 30 minutos;
- e) Registro e controle de visitantes e autorizados, com sistema de identificação de visitante por meio de registro documental e fotográfico individual;
- f) Acesso condicionado à autorização da Delegacia Seccional de Polícia.
- g) A contratada deverá disponibilizar as condições mínimas necessárias para viabilizar o transbordo de cargas (quando autorizado pela Administração), observando que a execução do serviço será de responsabilidade exclusiva do proprietário/responsável pela carga, incluindo fornecimento de mão de obra e equipamentos.

4.3. Recursos Humanos e Equipamentos

A Contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada e estrutura física mínima necessária à execução integral dos serviços contratados, conforme segue:

4.3.1 Recursos Humanos

- a) Manter **equipe operacional capacitada**, composta por operadores, vigias e assistentes administrativos, devidamente treinados para a logística, guarda, controle e atendimento dos veículos e bens apreendidos;

- b) Todos os funcionários deverão estar **uniformizados, identificados por crachá visível** e utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à sua função;
- c) Os colaboradores **não poderão possuir antecedentes criminais incompatíveis com o exercício das atividades contratadas**, especialmente quanto a crimes contra o patrimônio, a pessoa ou a administração pública;
- d) A contratada **deverá substituir imediatamente** qualquer colaborador que apresente perfil de risco, conduta inadequada ou envolvimento em ocorrências que justifiquem sua remoção, conforme solicitação da Administração.
- e) O condutor de veículos e operadores de equipamentos **deverá possuir habilitação específica e capacitação técnica comprovada**, de acordo com as exigências do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas vigentes.

4.3.2 Equipamentos Obrigatórios: a contratada deverá manter, no mínimo, os seguintes equipamentos e meios à disposição para garantir a execução eficiente do objeto contratual:

- a) 1 (uma) empilhadeira com capacidade mínima de 4.500 kg;
- b) 1 (um) elevador mecânico hidráulico (Jacaré) com capacidade mínima de 4.000 kg;
- c) 1 reboque multifuncional do tipo "asa delta" para movimentações internas de carros e motos;
- d) 1 equipamento de barra fixa com engates (Cambão);
- e) 1 (um) compressor de ar comprimido móvel para enchimento de pneus e outras aplicações;
- f) 1 (uma) bateria automotiva selada, para auxílio de partida, se necessário;
- g) 1 (um) carregador de bateria automotiva, compatível com baterias de 12V e 24V, até 100 Ah;
- h) 2 (duas) câmeras fotográficas digitais, com resolução igual ou superior a 12 MP e zoom óptico de no mínimo 5x, para documentação dos veículos e bens;
- i) 1 (um) microcomputador atualizado, com capacidade de rodar o software de gestão, comunicação e emissão de relatórios;
- j) 1 (uma) impressora multifuncional com função de digitalização, possibilitando envio e arquivamento eletrônico de documentos;
- k) 1 (uma) linha telefônica fixa;
- l) Conexão à internet estável e de boa velocidade, garantindo acesso remoto da Administração;
- m) Aparelhos de rádio comunicação ou celulares corporativos, em número suficiente para comunicação com todos os funcionários envolvidos na operação do pátio;
- n) Gerador de energia, suficiente para prover o funcionamento do sistema de monitoramento por CFTV, iluminação de emergência e combate a incêndio;
- o) Sistema informatizado de gestão do pátio, com capacidade para registrar todos os dados dos veículos, inclusive com fotos obrigatórias (frente, traseira, laterais, interior, motor e chassi), relacionando com boletim de ocorrência, unidade solicitante, datas de entrada e saída e demais eventos relevantes;
- p) Mobiliário completo e funcional, incluindo mesas, cadeiras, armários e arquivos, compatíveis com o desempenho das funções administrativas e atendimento ao público.

Observação: O rol acima é considerado o mínimo necessário. A Contratada deverá prover, por sua conta, outros recursos e equipamentos que julgar indispensáveis ou solicitados pela Administração para assegurar a plena execução dos serviços, sem prejuízo do objeto contratual e sem ônus adicional à Administração.

4.4 – Sistema Informatizado e Relatórios

4.4.1. Software de Gestão

4.4.1.1. Sistema informatizado para controle de entrada e saída de veículos, com emissão de relatórios mensais, gestão dos dados relativos a prestação dos serviços realizados, contendo informações sobre todos os veículos depositados no pátio e possibilitando o fornecimento de estatísticas sobre os serviços executados, quando solicitado pela contratante.

4.4.1.2. Registro de informações como número de Boletim de Ocorrência, unidade requisitante, data de entrada /saída e fotos dos veículos (frente, traseira, laterais, interior, chassi e motor).

4.4.1.3. Sistema protegido, com segurança de dados e acessos restritos.

4.5 – Sustentabilidade

- a) Iluminação com refletores LED e sensores de movimento em toda área operacional;
- b) Práticas de economia de água e energia;
- c) Uso de materiais duráveis e preferência por fornecedores regionais;
- d) Desinsetização e desratização semestral;
- e) Destinação adequada de resíduos e reaproveitamento sempre que possível.
- f) A Contratada deverá respeitar as normas de proteção ambiental quanto ao objeto da licitação, especialmente:
 - I) Lei federal nº 12.305/2010 (institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos);
 - II) Resolução CONAMA 362/2005 (dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado);
 - III) Resolução do CONAMA 416/2009 (dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências), dentre outros.
- g) Deverá, ainda, instrumentalizar esta proteção, em ações práticas, cabendo à contratada:
 - I) Apresentar um plano de controle de combate a vetores nocivos à saúde, relativo a água parada, empossada e de recipientes que possam alojar a larva do mosquito transmissor da Dengue, Zika e Chikungunya, bem como a dedetização do pátio;
 - II) A apresentação o Plano de Controle e Combate a Vetores Nocivos à Saúde deverá ocorrer em no máximo 60 (sessenta) dias a partir do início da prestação do serviço de guarda de veículos.

4.6 – Exigências Legais e Regulatórias

- a) Imóvel regular perante Prefeitura e Corpo de Bombeiros (AVCB);
- b) Licenciamento ambiental quando exigível;
- c) Alvará de funcionamento específico para a atividade;
- d) Atendimento à NBR 9050 (acessibilidade);
- e) Responsabilidade por guarda de veículos por até 90 dias após o fim do contrato;
- f) Proibição de subcontratação total ou parcial dos serviços.

4.7. Todas as regularizações, adequações, licenciamentos e autorizações necessárias para o funcionamento da área administrativa, bem como de toda a estrutura do pátio — incluindo, mas não se limitando a: Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), Alvará de Funcionamento, Licença Ambiental (quando aplicável), e demais exigências perante órgãos públicos municipais, estaduais ou federais serão responsabilidade da Contratada.

4.8. Todos os custos diretos e indiretos decorrentes dessas obrigações deverão estar integralmente previstos e inclusos no valor fixo mensal proposto, não cabendo à Administração qualquer despesa adicional para esse fim.

4.9. É de responsabilidade exclusiva da Contratada o estrito cumprimento de todas as disposições legais e normativas trabalhistas, previdenciárias e tributárias pertinentes à execução contratual, eximindo a Contratante de quaisquer encargos decorrentes.

4.10. Leilões de Veículos

A realização de leilões públicos de veículos sob custódia será definida exclusivamente pela Contratante, conforme interesse da Administração e planejamento institucional. Nessas ocasiões, caberá à Contratada executar integralmente as ações de apoio logístico e operacional no âmbito do pátio, sem custos adicionais ao valor mensal contratado. A Contratada deverá:

- a) Reposicionar os veículos destinados ao leilão conforme instruções da comissão designada ou autoridade policial competente, de forma a facilitar a conferência, catalogação, visitação e posterior retirada;
- b) Isolar os veículos selecionados para alienação em área claramente definida, com boa visibilidade e acesso desimpedido, devidamente organizada e sinalizada para visitação pública;
- c) Garantir a limpeza e organização do local, removendo obstáculos, sucatas e resíduos, inclusive dos acesso internos ao setor de leilão;
- d) Franquear o acesso e acompanhar a visitação de interessados nos dias e horários estabelecidos no edital, mantendo pessoal adequado para segurança e controle de acesso;
- e) Realizar o cadastramento dos visitantes, conforme procedimentos definidos pela comissão de leilão e pela Contratante, zelando pela segurança e integridade dos bens expostos;
- f) Disponibilizar os meios físicos e operacionais necessários à movimentação dos veículos, inclusive daqueles classificados como sucata ou não rodantes, utilizando equipamentos e mão de obra próprios;
- g) Tolerar, quando solicitado pela Administração, a realização de procedimentos de compactação, descontaminação ou preparação ambiental dos bens arrematados, no próprio pátio;
- h) Movimentar os veículos arrematados, quando solicitado, até a área frontal do pátio, junto ao portão de acesso principal, de forma a garantir sua pronta entrega ao arrematante, sem necessidade de manobras internas por terceiros.

Todos os custos relacionados à movimentação, organização, apoio à visitação e entrega dos veículos arrematados deverão estar integralmente inclusos no valor mensal fixo contratado, não sendo permitida cobrança adicional por quaisquer desses serviços.

4.11. Organização do pátio e movimentações

A Contratada deverá realizar, sempre que requisitado pela Administração, movimentações internas e reorganizações dos veículos e bens armazenados no pátio, com o objetivo de atender às necessidades operacionais, periciais, administrativas ou de fiscalização.

As movimentações poderão incluir, entre outras, a realocação de veículos para facilitar o acesso, inspeções técnicas, separação por tipo, condição ou status processual, ou ainda, a organização física do acervo para melhor aproveitamento do espaço.

A Contratada deverá, nesses casos, disponibilizar os equipamentos e a mão de obra necessários, respeitando os prazos e orientações fornecidos pela autoridade competente ou setor designado da Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga.

Todos os custos relacionados a essas movimentações internas estão inclusos no valor mensal fixo contratado, sendo vedada qualquer cobrança adicional por esse tipo de serviço, inclusive para veículos danificados, pesados ou fora de circulação.

Compete exclusivamente à Contratada disponibilizar a infraestrutura mínima necessária para viabilizar operações de transbordo de cargas, quando expressamente autorizadas pela Administração, ressalvado que serão de responsabilidade integral do proprietário ou responsável legal pela carga, sem qualquer ônus por parte da Contratada, as seguintes etapas:

- a) a operacionalização do transbordo;
- b) o fornecimento de equipamentos; e
- c) a disponibilização de mão de obra especializada para o transbordo

4.12. Requisitos gerais

A execução do objeto contratual deverá observar os seguintes requisitos gerais, de caráter obrigatório, a serem integralmente cumpridos pela Contratada durante toda a vigência do contrato:

4.12.1 Identificação de Veículos da Contratada: Fica expressamente vedado à Contratada utilizar em seus veículos qualquer símbolo, adesivo, inscrição, pintura, sinalização ou caracterização gráfica que possa induzir terceiros a confundir tais veículos com viaturas ou unidades oficiais da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

4.12.2. Proibição de Uso de Logotipos Oficiais: É terminantemente proibido à Contratada fazer uso do nome, brasão, logotipo ou qualquer outro elemento de identidade visual da Polícia Civil, inclusive expressões como “a serviço da Polícia Civil” ou similares, em quaisquer meios físicos, digitais ou promocionais, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções legais cabíveis.

4.12.3. Capacitação Técnica dos Profissionais: Todos os funcionários designados para atuação nas atividades contratadas deverão possuir capacitação técnica compatível com as funções desempenhadas. Os operadores e motoristas deverão ser habilitados na categoria adequada ao tipo de veículo ou equipamento operado, especialmente nos casos de acoplamento de reboques ou uso de máquinas pesadas, conforme as exigências do Código de Trânsito Brasileiro e das normas de segurança do trabalho.

4.12.4. Uniformização e Identificação dos Funcionários: Todos os colaboradores da Contratada deverão atuar devidamente uniformizados, identificados por crachá funcional visível e portando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos para cada atividade, em conformidade com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e demais legislações aplicáveis à segurança do trabalho. O uniforme deverá conter, obrigatoriamente, o nome da empresa contratada, de forma legível, para possibilitar a pronta identificação e facilitar a comunicação com o público e com a Administração.

4.12.5. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente às diretrizes e exigências previstas no Termo de Referência e no Protocolo de Execução dos Serviços, ambos anexos ao edital. Com o intuito de evitar falhas operacionais e assegurar a conformidade contratual, a licitante, ao submeter sua proposta, deverá apresentar declaração formal de ciência e concordância integral com os termos estabelecidos. A avaliação da qualidade dos serviços prestados será realizada mensalmente pela Administração, com base nos critérios definidos no Formulário de Avaliação dos Serviços, constante no Estudo Técnico Preliminar.

4.13. Projeto de implantação do Pátio

4.13.1. Para que seja possível a correta verificação das exigências, a proponente melhor classificada no pregão deverá apresentar, em momento oportuno ou outro decidido pela autoridade, Projeto técnico de implantação do pátio, conforme descrito no item 8.21, contendo no mínimo os seguintes elementos:

I. Planta de Situação:

- Representação do terreno e sua inserção no quarteirão, com destaque para os limites do lote, vias de acesso e edificações adjacentes.
- Identificação das principais vias públicas, logradouros e pontos de referência no entorno imediato.
- Orientação geográfica (rosa dos ventos) e escala gráfica adequada.
- Legenda com simbologia explicativa.

II. Planta baixa arquitetônica:

- Perímetro total da área, com dimensões e barreiras físicas (muros, cercas, portões);
- Área Operacional;
- Vagas numeradas e segregadas por tipo:
 - Veículos leves (vagas individuais, corredores de acesso);
 - Veículos pesados (espaço para manobras e distanciamento lateral);
 - Motocicletas (estacionamento compacto e protegido);
- Áreas de trânsito interno (largura de vias, rotas prioritárias);
- Setores específicos (Com cotas e áreas):
 - Perícia
 - Galpão coberto
 - Área administrativa
 - Sanitários e áreas de apoio.

III. Cronograma de implementação

- Apresentar cronograma de implementação demonstrando o plano de ações e prazos estipulados para atender integralmente aos requisitos.

Observação: Caso julgue necessário, a Administração poderá solicitar complementações ou revisões técnicas adicionais.

4.13.2 – Requisitos Complementares

Aprovação prévia: O projeto deverá ser submetido à DELSECPOL em formato CAD (DWG) e PDF, com ART /RRT de responsabilidade técnica no momento da habilitação da licitante.

Adequações: Eventuais modificações arquitetônicas durante a execução contratual deverão ser justificadas e previamente aprovadas pela contratante.

4.14. Prazo para início dos serviços

Os serviços **serão iniciados em até 1 dia útil** após a emissão da Ordem de Início dos Serviços (OS).

4.15. Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos Artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

a) Primeiramente, a onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

b) A exigência da garantia, por conta desses fatores, fatalmente resultará na diminuição do universo de empresas interessadas, influenciando negativamente o caráter competitivo do certame e resultando, em último caso, procedimento licitatório deserto.

c) E, por fim, a exigência de garantia fatalmente geraria maior lentidão do procedimento de contratação, considerando o tempo necessário para a adequação por parte da Contratante.

4.16. Vistoria pelo licitante

- a) Não se aplica a realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços por parte do licitante, uma vez que cabe a ele mesmo disponibilizar o local de execução, isto é, o pátio.
- b) Portanto, compete ao Contratante realizar vistoria no local, previamente ao início da execução do contrato, conforme detalhado no item 4.13. deste Termo.

4.18. Vistorias pela Administração

4.18.1. Vistoria Pós-Contratação (90 dias após a assinatura do contrato)

4.18.1.1. Decorridos 90 (noventa) dias da celebração do contrato, ou quando informado a finalização da adequação, será realizada nova vistoria para verificar:

4.18.1.1.1. Manutenção das condições de Nível 1 (Infraestrutura e Regularidade);

4.18.1.1.2. Atendimento às exigências de Nível 2 (Operacionalidade e Segurança), conforme Anexo IV.

4.18.1.2. Prorrogação de Prazo: Caso a contratada comprove que os serviços de instalação, adequação ou obras necessárias estejam efetivamente em andamento, poderá solicitar prorrogação por igual período (90 dias), desde que justificado e aceito pela Administração.

4.18.1.3. Descumprimento: O não atendimento das exigências de Nível 1 e Nível 2, após a prorrogação (se concedida), poderá acarretar rescisão contratual por inadimplemento, sem prejuízo de outras penalidades previstas no edital e na legislação aplicável.

4.19. Custos e Responsabilidades

Todas as despesas decorrentes das adequações necessárias serão de responsabilidade exclusiva do contratado, não cabendo qualquer ressarcimento ou ônus à Administração Pública.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Implementação

5.1. A fim de proporcionar maior possibilidade de concorrência, a implementação exigida será dividida em duas etapas:

a) **Nível 1 (N1) - Infraestrutura** (itens 4.2 deste Termo de Referência) **e Regularidade** (item 4.6 deste termo de referência)

b) **Nível 2 (N2) - Operacionalidade e Segurança** - Todos as demais exigências do item 4 (Requisitos da contratação) deste termo de referência.

5.1.1. Observação: O detalhamento das exigências pode ser melhor observado no ANEXO IV deste termo.

5.2. Prazos:

a) **Nível 1 (N1) - Infraestrutura** - Será realizada vistoria na área do licitante melhor classificado **em até 90 (noventa) dias após assinatura do contrato**. A classificação da licitante ficará condicionada a comprovação de atendimento as exigências de nível 1, o não atendimento de tais exigências será motivo de Rescisão contratual da licitante.

b) **Nível 2 (N2) - Operacionalidade e Segurança** - **90 dias contados da assinatura do contrato**. Este prazo poderá ser prorrogado por igual período desde que a contratada comprove que a implementação das exigências esteja efetivamente em andamento.

5.3. Condições de Execução

A execução do objeto seguirá a dinâmica descrita no documento denominado **PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO - Anexo II** deste Termo de referência.

O início da execução do objeto deste instrumento somente será autorizado após a assinatura do respectivos Termos de Confidencialidade, Sigilo e Uso pelo preposta da contratada em reunião de integração conforme anexo do Protocolo de execução de serviços.

5.4. Responsabilidade pela Guarda e Conservação dos Bens

5.4.1. A Contratada será integralmente responsável pela guarda, vigilância, conservação e segurança dos veículos, peças e demais bens sob sua custódia durante toda a vigência contratual.

5.4.2. A Contratada responderá pelos danos, extravios, furtos, roubos, incêndios, vandalismo, deteriorações, perdas ou quaisquer outros prejuízos causados aos bens sob sua guarda, ainda que decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou terceiros vinculados à execução contratual, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas na legislação aplicável.

5.4.3. A Contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para prevenir a ocorrência de danos aos bens custodiados, mantendo estrutura física, operacional e de segurança compatível com o objeto contratado e com os riscos inerentes à atividade.

5.4.4. Verificada a ocorrência de dano, perda, extravio ou qualquer evento que afete os bens sob sua guarda, a Contratada deverá comunicar imediatamente à Contratante, adotando as providências cabíveis para apuração dos fatos e mitigação dos prejuízos.

5.4.5. A Contratada obriga-se a reparar, ressarcir ou indenizar integralmente os prejuízos comprovadamente causados aos bens sob sua responsabilidade, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais e demais sanções previstas na legislação vigente.

5.4.6. A responsabilidade da Contratada não será afastada pela alegação de culpa de terceiros, salvo nas hipóteses legalmente reconhecidas de exclusão de responsabilidade, devidamente comprovadas.

5.4.7. A Contratada garantirá à Administração o direito de regresso por eventuais prejuízos que esta venha a suportar perante terceiros em razão de danos ou perdas ocorridos durante o período de custódia dos bens.

5.5. Local da prestação dos serviços

5.5.1. Os serviços serão prestados unicamente no endereço do pátio aprovado pela Administração, em hipótese alguma será permitido a guarda em locais diversos do pátio aprovado e contratado.

5.5.2. Os serviços serão prestados 24h por dia e sete dias por semana inclusive domingos e feriados, a contratada deverá realizar os recebimentos em qualquer horário do dia ou da noite.

5.6. Recursos humanos e materiais a serem disponibilizados

5.6.1. A contratada disponibilizará pessoal em número necessário à realidade do pátio, para execução do contrato e das atividades operacionais de recebimento, vistoria, execução de rotinas administrativas, atendimento ao público para liberação de veículos, se houver, devidamente agendado.

5.6.2. As chaves dos veículos deverão ser acondicionadas em claviculário, de forma a facilitar sua localização quando da devolução para os legítimos possuidores ou quem de direito, mediante apresentação de autorização emitida pela autoridade policial ou judiciária competente.

5.6.3. Para o funcionamento do pátio, a contratada disponibilizará os itens seguintes:

- Câmeras fotográficas digitais, com resolução igual ou superior a 05 (cinco) megapixels e zoom óptico de, no mínimo, 5x, a ser utilizada nas vistorias;
- Linha telefônica para o atendimento da Contratante;

- Equipamento de informática compatível com as versões atuais, visando a comunicação via e-mail com as unidades policiais;
- Aparelho(s) de rádio comunicação ou celular(es) que permitam conexão com os funcionários do pátio, em número suficiente aos funcionários disponibilizados para tal função;
- Impressora multifuncional com possibilidade de digitalização de documentos e envio on-line;
- Mobiliário em geral (mesa, cadeira, armário e arquivo) compatível para utilização dos funcionários e para guarda de materiais e insumos a serem utilizados nos pátios;
- Compressor para enchimento dos pneus, se necessário;
- Bateria automotiva selada, para auxílio na partida dos veículos, se necessário;
- Carregador de bateria automotiva, para baterias de 12 e 24 volts, de até 100ah, para utilização se necessário;
- Informatização dos dados relativos à prestação dos serviços realizados, contendo informação sobre todos os veículos depositados no pátio e os veículos liberados, possibilitando o fornecimento de estatísticas sobre os serviços executados, quando solicitado pela Contratante. O sistema deverá conter registros referentes ao veículo e eventuais perícias e vistorias (ex.: número de boletim de ocorrência, unidade/autoridade requisitante, data de entrada, data de saída, e outras intercorrências que ocorram com o veículo), sempre instruído com fotos de frente, traseira, laterais esquerda, direita, interior, chassi e motor.

5.6.4. O rol de recursos materiais mencionado no item acima é meramente exemplificativo, podendo a Contratada dispor de outros materiais que entender necessários para a perfeita execução dos serviços contratados.

5.7. Rotinas a serem cumpridas

5.7.1. A contratada deverá, mensalmente, elaborar e enviar a contratante relatório mensal de trabalho com todas as informações importantes relativas aos serviços prestados, este relatório deverá ser enviado na primeira semana de cada mês relativo ao mês anterior e deverá conter no mínimo os seguintes itens:

- Lista atualizada de veículos no pátio,
- entradas e saídas no período,
- ocorrências gerais,
- informações sobre eventuais visitantes (devidamente autorizados pela Administração).

5.7.2. A Administração poderá solicitar mais dados a serem incluídos no relatório durante a vigência contratual, neste caso, a contratada deverá enviar os dados em até 48h da solicitação.

5.8. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.8.1. A Contratada deverá ocupar área única, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar;

5.8.2. O pátio deverá possuir áreas para manobras dos guinchos e demais veículos, para movimentação interna com ruas dimensionadas para este fim, levando-se em conta, ainda, a estrutura a ser atendida pela Contratada para a perfeita execução dos serviços, como local para perícia, vistoria e local para depósito de motores e caixas de câmbio;

5.8.3. O pátio deverá contar ainda com dependências para atendimento ao público, quando necessário, edificadas em alvenaria e cobertas, observada a acessibilidade e as condições de atendimento.

5.8.4. O dimensionamento do pátio levou em conta as áreas destinadas ao depósito de veículos leves, pesados e motocicletas e também componentes (motores, caixas de câmbio e outros).

5.8.5. O indicativo de acervo a ser transferido é estimativo, eis que o contrato ainda não se findou, não sendo possível a perfeita individualização neste momento, podendo sofrer alteração até a efetiva transferência, decorrente de novas apreensões ou eventuais liberações, bem como de realização de leilões.

5.8.6. A eventual remoção do acervo do pátio atual, para o pátio de eventual nova empresa, se dará por meio da contratação de serviços de remoção, a ser realizada mediante processo licitatório específico para tal finalidade.

5.9. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.19. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas :

6.19.1. Envio de relatórios mensais, que deverão ser enviados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, em formato PDF com assinatura digital, preferencialmente gerado a partir do sistema informatizado de gestão do pátio, contendo as seguintes informações:

6.19.1.1. Identificação do Pátio e da Empresa Contratada (Razão social, endereço, CNPJ, responsável técnico, contato)

6.19.1.2. Período de referência do relatório

6.19.1.3. Quadro Resumo das Atividades do Mês dispondo:

Item	Quantidade
Veículos recebidos (por tipo)	
Veículos retirados/entregues	
Veículos remanejados internamente	
Veículos sinistrados no período	
Ocorrências/reclamações registradas	
Vistorias/perícias realizadas	

6.19.1.4. Controle Individualizado de Entradas

- Número da vaga
- Tipo do veículo (leve, pesado, moto, peça)
- Placa e chassi
- Data de entrada

- Unidade solicitante
- Número do BO, IP ou AP
- Registro fotográfico anexado (sim/não)

6.19.1.5. Controle de Saídas e Destinação Final

- Veículos liberados por decisão judicial ou administrativa
- Veículos destinados a leilão ou baixa
- Data de retirada
- Identificação do responsável (com cópia do termo de entrega)

6.19.1.6. Situações Irregulares e Ocorrências

- Perdas, danos, tentativas de invasão
- Irregularidades apuradas em vistorias técnicas

6.19.1.7. Relatório Técnico do Responsável pela Operação do Pátio

- Avaliação geral do mês
- Acervo total
- Sugestões de melhorias
- Indicação de não conformidades

Gestor do Contrato

6.20. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Serão utilizados como parâmetros de verificação dos resultados, dentre outros, o atendimento ao nível de serviço desejado, a efetiva implantação de controle dos veículos guardados, conforme disposto neste Termo, e a verificação dos métodos adotados pela Contratada para identificação e preservação dos veículos apreendidos.

7.2. A avaliação da execução do objeto será realizada pelo fiscal e utilizará método de avaliação conforme modelo anexo ao ETP, denominado Formulário de avaliação de qualidade dos serviços prestados, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, utilizando-se dos seguintes parâmetros:

7.2.1. **QUALIDADE DOS SERVIÇOS:** Mensalmente serão acompanhadas as reclamações das Unidades Policiais relacionadas aos veículos apreendidos acerca da qualidade dos serviços prestados pela Contratada e discriminados neste Termo. Constatada alguma irregularidade na execução dos serviços será solicitada a correção com o consequente prazo. Em caso de não atendimento, serão aplicadas as sanções cabíveis.

7.2.2. **PONTUALIDADE DOS SERVIÇOS:** Diariamente será acompanhada a ocorrência de casos de não cumprimento dos prazos de execução dos serviços ajustados com a Contratada. Se ocorrerem atrasos será considerada uma avaliação insatisfatória dos serviços, sendo notificada a Empresa, e em caso de não atendimento serão aplicadas as sanções cabíveis.

7.2.3. **CONDIÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS:** Ao Gestor e Fiscais nomeados para acompanhamento do contrato, caberá vistoriar as instalações da Contratada a fim de verificar as condições mínimas exigidas do local de armazenamento e condições de segurança dos veículos. Para cada condição mínima exigida e não satisfeita serão adotadas as medidas necessárias para seu cumprimento, ou serão aplicadas as sanções cabíveis.

7.2.4. A cada semestre, será realizada pelo Gestor do Contrato e/ou Diretor Departamental, correção ordinária no prédio e demais instalações que abrigam o pátio de veículos, buscando verificar as condições do local, cumprimento de todas as exigências contidas no Termo Referencial, no Protocolo de execução de serviços, e no Edital, além dos fatores inerentes à prestação dos serviços em questão ou a qualquer momento em que for constatada tal necessidade.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A prestação dos serviços de depósito e guarda deverá ser fiscalizada, e, a liberação da fatura pela Seção de Finanças estará condicionada a fiel observância dos parâmetros, exemplificativos, consignados neste normativo, que deverá ser analisado pelo gestor e fiscais dos contratos, caso a caso, antes de liberar para pagamento. A avaliação realizada pela fiscalização do contrato e relatada no formulário devem ser observados com base nos Princípios da Eficiência, da Razoabilidade e da Proporcionalidade.

7.5. Será disponibilizada mensalmente a contratada uma cópia do formulário de avaliação mensal que poderá ser retirado pela contratada no Setor de Subfrota desta Delegacia Seccional. Em caso de discordância da avaliação mensal realizada, a contratada deverá protocolar pedido de reconsideração que será analisada pelo Gestor.

Da avaliação mensal

7.6. A avaliação abrange três grupos de critérios: **Qualidade dos Serviços, Pontualidade dos Serviços e Condições Mínimas Exigidas**, totalizando até 100 pontos. **A pontuação obtida impactará diretamente na remuneração mensal da contratada**, aplicando-se descontos proporcionais, conforme desempenho.

7.7. A aferição será realizada periodicamente pelo fiscal do contrato ou servidor designado, e visa assegurar a eficiência, regularidade e conformidade dos serviços prestados.

7.7.1. Quanto a pontuação para cada item avaliado serão atribuídos: 10 pontos para "ótimo", 8 pontos para "bom", 5 pontos para "regular" e 0 pontos para "insatisfatório".

7.8. A seguir, apresentam-se os critérios e a metodologia de avaliação:

GRUPO 1 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS (MÁXIMO 40 PONTOS)							
Item	Critério Avaliado	Avaliação					
1.1	Integridade e identificação dos veículos	Ótimo	Bom	Regular	Insatisfatório		
1.2	Ausência de reclamações das Unidades Policiais	Ótimo	Bom	Regular	Insatisfatório		
1.3	Controle adequado dos veículos	Ótimo	Bom	Regular	Insatisfatório		
1.4	Execução conforme protocolo estabelecido no Termo de Referência	Ótimo	Bom	Regular	Insatisfatório		

GRUPO 2 – PONTUALIDADE DOS SERVIÇOS (MÁXIMO 30 PONTOS)							
Item	Critério Avaliado	Avaliação					
2.1	Cumprimento de prazos para atendimento	Ótimo	Bom	Regular	Insatisfatório		
2.2	Tempo de resposta às solicitações	Ótimo	Bom	Regular	Insatisfatório		
2.3	Frequência de atrasos injustificados	Ótimo	Bom	Regular	Insatisfatório		

GRUPO 3 – CONDIÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS (MÁXIMO 30 PONTOS)							
Item	Critério Avaliado	Avaliação					
3.1	Condição física e estrutural das instalações	Ótimo	Bom	Regular	Insatisfatório		
3.2	Segurança do local e dos bens custodiados	Ótimo	Bom	Regular	Insatisfatório		
3.3	Atendimento aos requisitos contratuais obrigatórios	Ótimo	Bom	Regular	Insatisfatório		

PONTUAÇÃO FINAL E APLICAÇÃO DE DESCONTOS		
Faixa de Pontuação	Nível de Desempenho	Desconto no Pagamento
91 a 100 pontos	Excelente	0%
81 a 90 pontos	Bom	5%
71 a 80 pontos	Regular	10%
61 a 70 pontos	Insatisfatório	20%
0 a 60 pontos	Inaceitável	30% + Possível rescisão contratual

Recebimento

7.9. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto Estadual nº 68.220, de 2023).

7.10. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.11. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto Estadual nº 68.220, de 2023).

7.12. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto Estadual nº 68.220, de 2023).

7.13. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.14. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará os parâmetros definidos nos itens 7.6 a 7.8 deste Termo de Referência, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.14.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c Art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.14.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, Art. 18, VII);

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.16.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.25. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.31.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.35. Não haverá antecipação de crédito no certame.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO

FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade pregão, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

8.2. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global, já que o presente Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar estimam com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos do serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, evitando distorções relevantes no decorrer da execução contratual. Exigências de habilitação.*

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.10. **Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.**

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital *quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS*, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.21. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições e peculiaridades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, ciente de todos os protocolos de execução e implementação do objeto contratado, comprometendo-se a cumpri-las integralmente (modelo no ANEXO III).

8.22. Apresentação de Projeto Arquitetônico de implantação que demonstre atendimento as exigências de áreas mínimas descritas no item 4.13 deste termo, caso seja exigido.

8.23. A Administração poderá, sempre que julgar necessário, realizar diligências complementares para fins de fiscalização, verificação de conformidade ou esclarecimento de aspectos contratuais, as quais serão, quando aplicável, previamente comunicadas e devidamente agendadas com a contratada.

Outras comprovações

8.24. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art.117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art.5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art.5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.25. Tratando-se de consórcio:

8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.25.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.25.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio .

8.26. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

DESCRIÇÃO	CÁLCULO	VALOR (R\$)
Valor Mensal	---	R\$ 20.629,43
Valor Previsto para 2026 (7 meses)	R\$ 20.629,43 X 7	R\$ 144.406,01
Valor Anual (12 meses)	R\$ 20.629,43 X 12	R\$ 247.553,16
Valor Total (60 meses)	R\$ 20.629,43 X 60	R\$ 1.237.765,80

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 1.237.765,80 (um milhão, duzentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1. Gestão/unidade: 00001 / 180316;
2. Fonte de recursos: 150010001;

3. Programa de trabalho: 06181180149890000;
4. Elemento de despesa: 33903999; e
5. Plano interno: [...].

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

Jacupiranga, 28 de maio de 2.026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THIAGO MILANESI SABBAG

Subscritor do Edital



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 12:13:49.

SILVIO SALES

Setor de Subfrota

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - ETP_180316-000009-2026.pdf (284.99 KB)
- Anexo II - ANEXO II - Protocolo de Execucao de Servico.docx (826.89 KB)
- Anexo III - ANEXO III - Declaracao de ciencia.docx (30.02 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - Plano de Implementacao.docx (185.86 KB)
- Anexo V - ANEXO V - Declaracao para habilitacao.docx (30.95 KB)
- Anexo VI - ANEXO VI - Resolucao SSP 05-2026 - Sancoes.pdf (1.2 MB)

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE JACUPIRANGA

Estudo Técnico Preliminar 9/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 058.00066377/2025-96

2. Descrição da necessidade**2. SERVIÇOS DE GUARDA DE VEÍCULOS E BENS MÓVEIS****2.1 – Contexto e Necessidade**

Inicialmente, registra-se que este documento foi confeccionado por meio do Sistema ETP Digital, e em observância ao Manual do Sistema ETP Digital, disponível no Portal de Compras do Estado de São Paulo, e em total cumprimento ao Decreto Estadual nº 68.017/2023.

A Polícia Civil do Estado de São Paulo, nos termos do Art. 144, §4º da Constituição Federal, é responsável pela investigação de infrações penais, apuração de crimes, identificação de autores e preservação da ordem pública. No exercício dessas atribuições, frequentemente há necessidade de apreensão de veículos e outros bens móveis relacionados à prática de ilícitos penais, os quais devem ser mantidos sob custódia até sua destinação final.

A Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga (DSPJ), composta por 12 unidades policiais em 7 cidades na região do Vale do Ribeira, em razão da ausência de estrutura física apropriada e da limitação de recursos humanos para guarda de bens apreendidos, justifica a necessidade da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de guarda e depósito de veículos e bens móveis. A referida contratação visa garantir a integridade dos itens apreendidos, assegurar o pleno exercício das atividades de Polícia Judiciária e promover a eficiência operacional da instituição.

Em conformidade com o disposto no artigo 1º da Resolução SSP nº 44/2011, foi realizada consulta formal às prefeituras dos municípios abrangidos pela Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga, com o objetivo de verificar a possibilidade de celebração de convênios para a prestação dos serviços de depósito e guarda de veículos apreendidos ou retidos em decorrência de ações de Polícia Judiciária. No entanto, constatou-se que nenhuma das administrações municipais possui infraestrutura, recursos humanos ou condições operacionais adequadas para assumir tal responsabilidade. Diante dessa realidade, e com respaldo na referida norma, justifica-se a necessidade de instauração de procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada, a fim de assegurar a continuidade e regularidade da custódia legal dos bens apreendidos.

Considerando que a contratação será realizada com base em valor mensal fixo correspondente à área total demandada, excepcionalmente, além dos veículos e peças apreendidos, o pátio poderá ser utilizado para o armazenamento de outros bens móveis de interesse da Administração, como, por exemplo, viaturas oficiais ou material permanente em processo de baixa operacional. Essa utilização adicional estará condicionada à compatibilidade com os limites de área contratados e ao integral cumprimento das disposições legais e contratuais aplicáveis.

Diante do apresentado define-se o objeto:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros bens móveis, apreendidos em decorrência de atos característicos de polícia

judiciária ou de interesse da Administração, a fim de atender a todas as unidades policiais subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga, com disponibilização e administração do pátio, com área estimada de 11.397,474m².

2.2 – Área de Atuação

A Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga (DSPJ) possui como área de competência sete municípios do Vale do Ribeira, abrangendo 12 Delegacias de Polícia localizadas nos municípios de:

- Jacupiranga/SP
- Barra do Turvo/SP
- Cajati/SP
- Iporanga/SP
- Eldorado/SP
- Pariquera-Açu/SP
- Cananéia/SP

2.3 – Justificativa da Contratação

A contratação dos serviços de guarda e depósito de veículos e bens móveis apreendidos se justifica pelas seguintes razões:

- a) **Cumprimento da Legislação:** Conforme estabelecido na legislação penal e processual penal, os veículos e bens relacionados a investigações criminais devem ser mantidos sob guarda da Autoridade Policial enquanto não tiverem sua destinação final definida judicial ou administrativamente.
- b) **Organização e Controle:** A centralização da custódia em empresa especializada permite maior controle, rastreabilidade e fiscalização sobre os bens apreendidos, além de facilitar a execução de perícias e as diligências relacionadas à destinação final dos objetos.
- c) **Custódia e Responsabilidade:** A empresa contratada será responsável por manter os veículos e bens móveis em local adequado, sob vigilância permanente, garantindo sua preservação, segurança e integridade física.
- d) **Eficiência Operacional:** A terceirização dessa atividade acessória permite que os agentes públicos concentrem esforços nas atividades-fim da Polícia Judiciária, otimizando recursos e reduzindo o tempo de resposta nos procedimentos investigativos.
- e) **Proteção do Patrimônio Público e Privado:** A guarda adequada evita deteriorações, furtos, uso indevido e perda de valor dos bens, tanto do patrimônio do Estado quanto de terceiros.

2.4 – Problemas Atuais

A atual falta de infraestrutura física adequada nas unidades policiais, combinada a **proximidade de encerramento do atual contrato de pátio**, pode causar transtornos a Administração e comprometer a integridade dos veículos apreendidos, reduzir a eficiência e resultar em ocupação indevida das áreas das delegacias, comprometendo a segurança e a operacionalidade das unidades. Existe, inclusive, apontamentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em relação ao atual contrato com recomendações de adequações as quais foram integralmente consideradas para elaboração deste estudo técnico preliminar.

2.5 – Falta de Pessoal Especializado

A carência de recursos humanos dedicados à guarda patrimonial, aliada à ausência de servidores com atribuições específicas para a vigilância e organização de bens apreendidos, reforça a necessidade da contratação externa, uma vez que essa atividade não constitui função precípua da Polícia Civil.

2.6 – Solução Interna ou Contratação Externa

A solução interna demandaria vultosos investimentos em estrutura física, contratação e capacitação de pessoal, aquisição de equipamentos e desenvolvimento de sistemas de gestão, o que não se revela viável diante da demanda

e dos princípios da administração pública. Assim, conforme entendimento consolidado pelos órgãos de controle, a contratação de empresa privada especializada mostra-se a alternativa mais eficaz, legal e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

2.7 – Serviços de Pátio e Guarda de Veículos

A prestação dos serviços de guarda e depósito de veículos e bens móveis deverá englobar a custódia de veículos apreendidos em decorrência de atos de polícia judiciária, bem como de viaturas oficiais acidentadas, em processo de baixa ou retiradas de uso por qualquer motivo. A empresa contratada deverá dispor de estrutura e recursos técnicos compatíveis para garantir o armazenamento seguro, a vigilância ininterrupta e a adequada conservação dos bens.

2.8 – Situação Atual

Conforme levantamento atualizado (anexo I), encontram-se apreendidos **1.501 veículos** entre motocicletas, automóveis e veículos pesados sob custódia da DELSECPOL de Jacupiranga e suas unidades subordinadas. Com o encerramento iminente do contrato vigente e a expectativa de novas apreensões, torna-se urgente a nova contratação de prestador de serviço para garantir a continuidade da custódia legal e regular dos bens.

2.9 – Tipos de Veículos e Bens Móveis

Para fins de dimensionamento e organização do espaço físico, os veículos e bens móveis apreendidos são classificados nos seguintes grupos:

- a) **Veículos Leves:** Automóveis, utilitários, caminhonetes e similares;
- b) **Veículos Pesados:** Caminhões, ônibus, tratores, reboques e congêneres;
- c) **Motocicletas e Peças:** Motocicletas, ciclomotores, caixas de câmbio, motores e outros componentes;
- d) **Outros:** Maquinários e demais bens móveis passíveis de apreensão durante as atividades de Polícia Judiciária ou de interesse da Administração.

2.10 – Unidades Policiais Beneficiadas

A contratação atenderá a sede da DELSECPOL de Jacupiranga e as seguintes unidades subordinadas:

- Delegacia de Defesa da Mulher de Jacupiranga;
- Delegacia de Investigações Gerais (DIG);
- Central de Polícia Judiciária (1º DP, 2º DP e DISE de Jacupiranga);
- Delegacias dos Municípios de: Barra do Turvo, Iporanga, Cajati, Eldorado, Pariquera-Açu e Cananéia.

2.11 – Conclusão

A contratação proposta visa sanar as atuais deficiências estruturais da unidade gestora, garantir a legalidade e integridade da guarda de bens apreendidos, adequar-se às normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e proporcionar melhorias operacionais e econômicas, ao se adotar práticas já consolidadas em unidades de referência. A adoção de empresa especializada também atende às recomendações de órgãos de controle, promovendo maior eficiência e conformidade administrativa.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Subfrota	Silvio Sales

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Em observância ao Decreto Estadual 68.017/2023, ao disposto no inciso II do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020 e ao art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente seção detalha os requisitos técnicos, operacionais, funcionais, estruturais e sustentáveis indispensáveis à prestação do serviço de guarda e depósito de veículos e bens móveis apreendidos pelas unidades subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga (DELSECPOL).

Tais requisitos constituem condições essenciais para garantir a execução satisfatória do objeto, bem como assegurar o atendimento integral à demanda institucional, obedecendo aos princípios da seleção da proposta mais vantajosa, da sustentabilidade, da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e da responsabilidade socioambiental.

A seguir, os requisitos estão organizados por blocos temáticos para melhor compreensão e controle técnico:

4.1 – Escopo do Serviço

O serviço consiste na prestação continuada de atividades de recepção, guarda, depósito, movimentação, vigilância, controle, atendimento e suporte logístico relacionados a veículos e bens móveis apreendidos em ações de polícia judiciária ou de propriedade do estado. O pátio contratado deverá dispor de infraestrutura adequada para o armazenamento seguro de:

- Veículos leves, pesados e motocicletas;
- Partes e peças de veículos;
- Viaturas oficiais sinistradas ou em baixa;
- Bens móveis diversos sob custódia legal da Autoridade Policial.

4.2 – Infraestrutura Física Obrigatória

4.2.1 Localização

- Distância máxima de **35 km** da sede da DELSECPOL.

Justificativa Técnica – Localização Máxima de 35 km da Sede da DELSECPOL

A exigência de que o pátio de guarda de veículos e bens apreendidos esteja localizado a uma distância máxima de **35 km da sede da Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga (DELSECPOL)** fundamenta-se em critérios técnicos relacionados à **eficiência operacional, segurança institucional, economicidade administrativa e continuidade do serviço público prestado**.

Em primeiro lugar, a proximidade geográfica com a sede da unidade policial é fator determinante para a **agilidade nos deslocamentos de viaturas, servidores e peritos**, especialmente durante diligências, perícias, vistorias ou remoções emergenciais de veículos. Considerando-se que muitas dessas ações se desenvolvem sob restrições de tempo e com suporte logístico limitado, a manutenção do pátio em raio compatível permite **respostas mais rápidas e eficientes**.

Adicionalmente, distâncias superiores comprometeriam a **frequência de fiscalização contratual**, dificultando o acompanhamento contínuo das condições de guarda, da integridade dos bens e da conformidade com os padrões estabelecidos no contrato. A redução do raio de atendimento proporciona à autoridade gestora **maior controle da execução contratual**, facilitando vistorias in loco, correções tempestivas de não conformidades e aplicação de medidas preventivas.

Do ponto de vista econômico, a limitação geográfica também visa **reduzir os custos operacionais decorrentes de deslocamentos** frequentes, tanto dos servidores quanto de terceiros, como leiloeiros, peritos e partes interessadas em procedimentos administrativos. Tais custos, se ampliados por localização excessivamente distante, oneram indevidamente os cofres públicos, além de comprometer a prestação de um serviço célere e de qualidade à população.

Além dos critérios já expostos, a adoção da sede da Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga (DELSECPOL) como ponto de referência para delimitação da área de localização do pátio contratual justifica-se por tratar-se da unidade gestora responsável pela contratação, fiscalização e controle da execução do serviço, concentrando as atividades administrativas e operacionais relacionadas à guarda de veículos e bens apreendidos. Adicionalmente, a DELSECPOL encontra-se geograficamente posicionada em região relativamente central em relação às suas unidades subordinadas, situadas nos municípios de Barra do Turvo, Cajati, Iporanga, Eldorado, Cananéia e Pariqueira-Açu, o que favorece a equidade no tempo de deslocamento entre as unidades e o pátio. Essa centralidade contribui para a racionalização logística, a padronização dos procedimentos operacionais e a redução de custos, além de viabilizar o cumprimento de diligências e fiscalizações com maior eficiência, em conformidade com os princípios da economicidade e do interesse público.

Por fim, é **importante destacar que o raio de 35 km contempla toda a região de influência da DELSECPOL** e oferece **ampla possibilidade de participação de interessados**, sem restringir de forma desproporcional a competitividade no certame licitatório.

Dessa forma, a exigência de localização em até 35 km da sede da Delegacia Seccional mostra-se **razoável, proporcional e tecnicamente justificada**, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem a atuação da Administração Pública.

- Preferencialmente em zona urbana, salvo exceções que apresentem similar facilidade de acesso por meio de vias pavimentadas, não será admissível a *localização em áreas de risco (aluviões, encostas instáveis, inundações frequentes ou proximidade com atividades perigosas)*.
- *Acesso viável para veículos de grande porte (caminhões, ônibus, carretas)*.
- Conformidade com Plano Diretor Municipal e legislação de uso e ocupação do solo.
- *A área deverá ser única, atendendo a todas as exigências, não sendo admitida a divisão em espaços distintos ou o depósito de veículos e bens em local diverso do aprovado pela Administração.*

Justificativa para Exigência de Área Única para o Pátio

A exigência de que a área destinada à execução dos serviços de guarda e depósito de veículos seja única, contínua e localizada em um só imóvel fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais, administrativos e de segurança, conforme descrito a seguir:

1. Segurança Patrimonial e Operacional

A manutenção de uma única área integral garante o controle total do acesso de pessoas e veículos, reduzindo significativamente os riscos de extravios, danos, furtos e invasões. A divisão em múltiplas áreas comprometeria a vigilância e o monitoramento contínuo, mesmo com sistemas de CFTV, pois aumentaria os pontos vulneráveis e a complexidade do sistema de segurança.

2. Controle Administrativo e Logístico

A operação integrada em um único pátio permite a gestão unificada de entrada e saída de veículos, vistoria, triagem, perícia e atendimento ao público. Áreas distintas dificultam a rastreabilidade dos veículos, elevam o risco de erro ou extravio de informações e comprometem a eficiência do sistema informatizado de gestão.

3. Redução de Custos e Riscos para a Administração

A dispersão de áreas implicaria na duplicação de recursos operacionais (pessoal, vigilância, infraestrutura, equipamentos, acessos, iluminação, etc.), aumentando significativamente os custos diretos e indiretos da prestação do serviço. Também acarretaria maior complexidade na fiscalização contratual por parte da Administração.

4. Eficiência no Atendimento ao Público e às Autoridades Policiais

Em área única, é possível atender de forma centralizada os usuários e a autoridade policial, garantindo celeridade na liberação de veículos, na execução de perícias e nos procedimentos de leilão. A fragmentação territorial geraria deslocamentos, atrasos e perda de padronização no atendimento.

5. Viabilidade Técnica e Conformidade com a Finalidade do Objeto

A finalidade do contrato é a **disponibilização de um pátio**, conforme conceituação técnica e jurisprudencial consolidada, o que pressupõe uma área física contínua, estruturada e funcional. A aceitação de áreas múltiplas contrariaria a essência do objeto, podendo ensejar futuras glosas ou questionamentos pelos órgãos de controle.

6. Base Legal

A exigência está amparada no princípio da **eficiência administrativa** (art. 37 da Constituição Federal), na busca da **melhor solução ao interesse público** (art. 11 da Lei 14.133/2021) e nos critérios técnicos previstos no **Decreto Estadual 68.017/2023**, e considera ainda a IN SEGES/ME nº 40/2020, que autorizam a definição de requisitos técnicos indispensáveis à adequada execução do objeto.

4.2.2 Demanda mínima de áreas

- 525 vagas para veículos leves;
- 68 vagas para veículos pesados;
- 1132 vagas para motocicletas, motores e partes.

4.2.3 Dimensionamento de Áreas - O memorial de cálculo de dimensionamento das áreas mínimas exigidas pode ser observado no anexo 2 deste estudo técnico preliminar.

- Área total mínima: 11.119,515 m².
 - Área de vagas: 10.108,65 m²
 - Área de circulação e manobra (ACM), apoio operacional (AOP) e triagem e perícia (ATP) - equivalente a 10% da área de vagas: 1.010,865 m²;
 - Área administrativa e recepção (AAR): 40m²;
 - Observação: Tendo em vista que a área administrativa é um parâmetro estimativo, sua aferição não será considerada, isoladamente, como critério de desclassificação das proponentes, tampouco será utilizada nos cálculos finais de área total mínima.

4.2.4 Requisitos de Solo e Vagas

- Todas as vagas devem ser numeradas conforme projeto de implantação de modo a viabilizar rápida localização.
- Pavimento firme, drenável e regular.
- Demarcação de vagas, corredores e quadras com separação por tipo e porte de veículo.
- Distância lateral mínima entre veículos de 1 metro.
- Topografia plana ou levemente inclinada
- Exclusividade de espaço: *As áreas delimitadas para execução do objeto contratual terão uso exclusivo da Polícia Civil.*

4.2.5 Proteção do Pátio

- Muro ou tela perimetral com mínimo de 2,5m, com concertina ou cerca elétrica.
- Portão de acesso com controle e vigilância permanente.

4.2.6 Área de Perícia e Triagem

A área destinada à triagem e perícia dos veículos deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e funcionais:

- Estar localizada próxima à recepção, facilitando o acesso e o fluxo operacional;
- Estar posicionada fora da rota de trânsito interno de veículos, garantindo segurança e isolamento adequado para as atividades periciais, de recepção e triagem dos veículos;
- Possuir cobertura permanente, permitindo a realização dos trabalhos mesmo em condições climáticas adversas, como dias chuvosos;
- Dispor de **iluminação artificial mínima de 750 lux**, distribuída de forma uniforme, em conformidade com a norma **ABNT NBR 5413**;
- Estar equipada com **no mínimo dois refletores auxiliares**, com fluxo luminoso mínimo de **4.750 lúmens**, luz fria, instalados sobre pedestal tripé ou equipamento similar, sendo **móveis, reguláveis** e com capacidade de **iluminação em 360°** ao redor do veículo em vistoria;

4.3 – Monitoramento, CFTV e Controle de Acesso

- *Sistema de CFTV com cobertura de 100% da área interna e externa, cuja instalação, operação, manutenção e monitoramento serão responsabilidade da contratada.*
- Câmeras com resolução mínima de 5MP, noturnas (Ex: True Day/Night);
- Gravação ininterrupta por no mínimo 6 meses;
- Monitoramento local e remoto, com acesso online garantido à DELSECPOL;
- Armazenamento seguro das imagens e entrega sob demanda;
- Sistema com gravador digital, monitores e proteção contra intempéries.
- As câmeras devem cobrir integralmente os portões de acesso, tanto para veículos quanto para pedestres, quando aplicável. No caso de portões veiculares, é indispensável assegurar a captura nítida das placas de identificação. Já nos portões de pedestres, deve ser garantida a visualização clara e a identificação inequívoca de indivíduos.
- A contratada deverá disponibilizar um sistema de captura facial para registro fotográfico dos visitantes (quando devidamente autorizados pela contratante). A coleta das imagens deverá ocorrer durante o processo de cadastramento, garantindo a nítida identificação dos indivíduos.

4.4 – Atendimento e Funcionamento

- Operação 24h/dia, 7 dias por semana, inclusive feriados;
- Retirada de veículos por particulares ou trasbordo de cargas: entre 08h00 e 17h00, mediante agendamento;
- Atendimento prioritário a policiais civis;
- Tempo máximo de espera para atendimento ao público: 30 minutos;
- Registro e controle de visitantes e autorizados;
- Acesso condicionado à autorização da Delegacia Seccional de Polícia.
- A contratada deverá disponibilizar as **condições mínimas necessárias para viabilizar o transbordo de cargas** (quando autorizado pela Administração), observando que a execução do serviço será de responsabilidade exclusiva do proprietário/responsável pela carga, incluindo fornecimento de mão de obra e equipamentos.

- **Área Administrativa e de Atendimento ao Público**

A Contratada deverá disponibilizar, nas dependências do pátio, uma **área administrativa adequada e funcional**, destinada tanto ao **atendimento ao público** quanto à **execução dos serviços administrativos relacionados à guarda e gestão dos veículos e bens apreendidos**.

Essa área deverá estar localizada em espaço coberto, fechado, construído em alvenaria ou estrutura compatível com uso contínuo, e deverá atender às seguintes exigências mínimas:

- Ser **ambientada e sinalizada** para o atendimento do público externo, com espaço reservado para recepção e espera;
- Possuir **acessibilidade plena**, em conformidade com a **ABNT NBR 9050**, garantindo o acesso e atendimento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Essa estrutura deverá garantir condições adequadas de trabalho para os colaboradores da Contratada, bem como **atendimento digno, seguro e eficiente ao cidadão**.
- Dispor de **mobiliário compatível** com as atividades administrativas (mesas, cadeiras, armários, arquivos, entre outros);
- Ser equipada com os **recursos tecnológicos e de comunicação** necessários à execução dos serviços (computadores, impressora multifuncional, linha telefônica, acesso à internet, entre outros);
- Possuir **sanitários e instalações adequadas** para os funcionários e usuários do serviço;
- Estar em conformidade com a legislação municipal de uso e ocupação do solo, sanitária, ambiental e de segurança, inclusive **Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)** e **Alvará de Funcionamento**, quando exigidos.

4.5 – Recursos Humanos e Equipamentos

A Contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada e estrutura física mínima necessária à execução integral dos serviços contratados, conforme segue:

4.5.1 Recursos Humanos

- Manter **equipe operacional capacitada**, composta por operadores, vigias e assistentes administrativos, devidamente treinados para a logística, guarda, controle e atendimento dos veículos e bens apreendidos;
- Todos os funcionários deverão estar **uniformizados, identificados por crachá visível** e utilizando os **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** adequados à sua função;
- Os colaboradores não poderão possuir **antecedentes criminais incompatíveis com o exercício das atividades contratadas**, especialmente quanto a crimes contra o patrimônio, a pessoa ou a administração pública;
- A contratada deverá **substituir imediatamente** qualquer colaborador que apresente perfil de risco, conduta inadequada ou envolvimento em ocorrências que justifiquem sua remoção, conforme solicitação da Administração.
- O condutor de veículos e operadores de equipamentos deverá possuir **habilitação específica e capacitação técnica comprovada**, de acordo com as exigências do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas vigentes.

4.5.2 Equipamentos Obrigatórios

A contratada deverá manter, no mínimo, os seguintes equipamentos e meios à disposição para garantir a execução eficiente do objeto contratual:

- **1 (uma) empilhadeira** com capacidade mínima de 4.500 kg;
- **1 (um) elevador mecânico hidráulico** (Jacaré) com capacidade mínima de 4.000 kg;
- **1 reboque multifuncional do tipo "asa delta"** para movimentações internas de carros e motos;
- 1 equipamento de barra fixa com engates (**Cambão**);
- **1 (um) compressor de ar comprimido móvel** para enchimento de pneus e outras aplicações;
- **1 (uma) bateria automotiva selada**, para auxílio de partida, se necessário;
- **1 (um) carregador de bateria automotiva**, compatível com baterias de 12V e 24V, até 100 Ah;
- **2 (duas) câmeras fotográficas digitais**, com resolução igual ou superior a 12 MP e zoom óptico de no mínimo 5x, para documentação dos veículos e bens;
- **1 (um) microcomputador** atualizado, com capacidade de rodar o software de gestão, comunicação e emissão de relatórios;
- **1 (uma) impressora multifuncional** com função de digitalização, possibilitando envio e arquivamento eletrônico de documentos;
- **1 (uma) linha telefônica** fixa;
- **Conexão à internet** estável e de boa velocidade, garantindo acesso remoto da Administração;
- **Aparelhos de rádio comunicação ou celulares corporativos**, em número suficiente para comunicação com todos os funcionários envolvidos na operação do pátio;
- **Gerador de energia**, suficiente para prover o funcionamento do sistema de monitoramento por CFTV, iluminação de emergência e combate a incêndio;
- **Sistema informatizado de gestão do pátio**, com capacidade para registrar todos os dados dos veículos, inclusive com fotos obrigatórias (frente, traseira, laterais, interior, motor e chassi), relacionando com boletim de ocorrência, unidade solicitante, datas de entrada e saída e demais eventos relevantes;
- **Mobiliário completo e funcional**, incluindo mesas, cadeiras, armários e arquivos, compatíveis com o desempenho das funções administrativas e atendimento ao público.

Observação: O rol acima é considerado o mínimo necessário. A Contratada deverá prover, por sua conta, outros recursos e equipamentos que julgar indispensáveis ou solicitados pela Administração para assegurar a plena execução dos serviços, sem prejuízo do objeto contratual e sem ônus adicional à Administração.

4.6 – Sistema Informatizado e Relatórios

- Software de gestão de pátio com relatórios mensais;
- Registro de veículo com fotos (frente, trás, laterais, interior, motor, chassi);
- Citação do BO, inquérito ou procedimento policial;
- Sistema protegido, com segurança de dados e acessos restritos.

4.7 – Sustentabilidade

- Iluminação com refletores LED e sensores de movimento em toda área operacional;
- Práticas de economia de água e energia;
- Uso de materiais duráveis e preferência por fornecedores regionais;

- Desinsetização e desratização semestral;
- Destinação adequada de resíduos e reaproveitamento sempre que possível.

4.8 – Exigências Legais e Regulatórias

- Imóvel regular perante Prefeitura e Corpo de Bombeiros (AVCB);
- Licenciamento ambiental quando exigível;
- Alvará de funcionamento específico para a atividade;
- Atendimento à NBR 9050 (acessibilidade);
- Responsabilidade por guarda de veículos por até 90 dias após o fim do contrato;
- Proibição de subcontratação total ou parcial dos serviços.

Observação Importante

Todas as **regularizações, adequações, licenciamentos e autorizações** necessárias para o funcionamento da área administrativa, bem como de toda a estrutura do pátio — incluindo, mas não se limitando a: Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), Alvará de Funcionamento, Licença Ambiental (quando aplicável), e demais exigências perante órgãos públicos municipais, estaduais ou federais **serão responsabilidade da Contratada**.

Todos os **custos diretos e indiretos decorrentes dessas obrigações deverão estar integralmente previstos e incluídos no valor fixo mensal proposto**, não cabendo à Administração qualquer despesa adicional para esse fim.

É de responsabilidade exclusiva da Contratada o estrito cumprimento de todas as disposições legais e normativas trabalhistas, previdenciárias e tributárias pertinentes à execução contratual, eximindo a Contratante de quaisquer encargos decorrentes.

4.9 – Leilões de Veículos

A realização de leilões públicos de veículos sob custódia será definida exclusivamente pela **Contratante**, conforme interesse da Administração e planejamento institucional. Nessas ocasiões, caberá à **Contratada** executar integralmente as ações de apoio logístico e operacional no âmbito do pátio, sem custos adicionais ao valor mensal contratado.

A Contratada deverá:

- Reposicionar os veículos** destinados ao leilão conforme instruções da comissão designada ou autoridade policial competente, de forma a facilitar a conferência, catalogação, visitação e posterior retirada;
- Isolar os veículos selecionados** para alienação em área claramente definida, com boa visibilidade e acesso desimpedido, devidamente organizada e sinalizada para visitação pública;
- Garantir a limpeza e organização do local**, removendo obstáculos, sucatas e resíduos, inclusive dos acessos internos ao setor de leilão;
- Franquear o acesso e acompanhar a visitação** de interessados nos dias e horários estabelecidos no edital, mantendo pessoal adequado para segurança e controle de acesso;
- Realizar o cadastramento dos visitantes**, conforme procedimentos definidos pela comissão de leilão e pela Contratante, zelando pela segurança e integridade dos bens expostos;
- Disponibilizar os meios físicos e operacionais** necessários à movimentação dos veículos, inclusive daqueles classificados como sucata ou não rodantes, utilizando equipamentos e mão de obra próprios;

g) **Tolerar, quando solicitado pela Administração**, a realização de procedimentos de **compactação, descontaminação ou preparação ambiental dos bens** arrematados, no próprio pátio;

h) **Movimentar os veículos arrematados**, quando solicitado, até a área frontal do pátio, junto ao portão de acesso principal, de forma a garantir sua pronta entrega ao arrematante, sem necessidade de manobras internas por terceiros.

Todos os custos relacionados à movimentação, organização, apoio à visita e entrega dos veículos arrematados **deverão estar integralmente inclusos no valor mensal fixo contratado**, não sendo permitida cobrança adicional por quaisquer desses serviços.

4.10 – Organização do pátio e movimentações

A Contratada deverá realizar, sempre que requisitado pela Administração, **movimentações internas e reorganizações dos veículos e bens armazenados no pátio**, com o objetivo de atender às necessidades operacionais, periciais, administrativas ou de fiscalização.

As movimentações poderão incluir, entre outras, a realocação de veículos para facilitar o acesso, inspeções técnicas, separação por tipo, condição ou status processual, ou ainda, a organização física do acervo para melhor aproveitamento do espaço.

A Contratada deverá, nesses casos, **disponibilizar os equipamentos e a mão de obra necessários**, respeitando os prazos e orientações fornecidos pela autoridade competente ou setor designado da Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga.

Todos os custos relacionados a essas movimentações internas **estão inclusos no valor mensal fixo contratado**, sendo **vedada qualquer cobrança adicional** por esse tipo de serviço, inclusive para veículos danificados, pesados ou fora de circulação.

Compete **exclusivamente à Contratada disponibilizar a infraestrutura mínima necessária** para viabilizar operações de transbordo de cargas, quando expressamente autorizadas pela Administração, **ressalvado** que serão de responsabilidade integral do proprietário ou responsável legal pela carga, sem qualquer ônus por parte da Contratada, **as seguintes etapas**:

- a) a operacionalização do transbordo;
- b) o fornecimento de equipamentos; e
- c) a disponibilização de mão de obra especializada para o transbordo.

4.11 – Responsabilidade Pós-Contrato

Em caso de rescisão, término contratual ou não renovação do contrato, a Contratada deverá manter a guarda e a responsabilidade integral pelos veículos e bens apreendidos oriundos deste contrato por um período mínimo de **90 (noventa) dias**, ou enquanto os referidos bens permanecerem sob sua custódia, o que for maior.

Findo esse prazo, **a Contratada será obrigada a realizar, por sua conta e risco, o transporte de todos os veículos remanescentes** para novo local de armazenamento indicado previamente pela Contratante **em até 30 dias**, sem qualquer custo adicional para a Administração Pública.

Essa obrigação inclui os meios logísticos necessários à remoção segura dos veículos, inclusive aqueles em condição de sucata, não rodantes ou pesados, preservando sua integridade e garantindo rastreabilidade até a efetiva transferência de responsabilidade.

Todos os custos decorrentes de responsabilidades pós-contrato deverão:

1. Ser **integralmente previstos** e precificados pela licitante em sua proposta; e
2. Ter sua amortização distribuída ao longo do prazo contratual.

Parágrafo único: Em caso de rescisão ou término antecipado do contrato, os valores remanescentes referentes a estas obrigações **serão integralmente suportados pela Contratada, sem direito a qualquer ressarcimento.**

4.12 – REQUISITOS GERAIS

A execução do objeto contratual deverá observar os seguintes requisitos gerais, de caráter obrigatório, a serem integralmente cumpridos pela Contratada durante toda a vigência do contrato:

4.12.1 Identificação de Veículos da Contratada

Fica expressamente vedado à Contratada utilizar em seus veículos qualquer **símbolo, adesivo, inscrição, pintura, sinalização ou caracterização gráfica** que possa induzir terceiros a confundir tais veículos com viaturas ou unidades oficiais da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

4.12.2 Proibição de Uso de Logotipos Oficiais

É terminantemente proibido à Contratada fazer uso do **nome, brasão, logotipo ou qualquer outro elemento de identidade visual da Polícia Civil**, inclusive expressões como “a serviço da Polícia Civil” ou similares, em quaisquer meios físicos, digitais ou promocionais, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções legais cabíveis.

4.12.3 Capacitação Técnica dos Profissionais

Todos os funcionários designados para atuação nas atividades contratadas deverão possuir **capacitação técnica compatível com as funções desempenhadas**. Os operadores e motoristas deverão ser **habilitados na categoria adequada** ao tipo de veículo ou equipamento operado, especialmente nos casos de acoplamento de reboques ou uso de máquinas pesadas, conforme as exigências do Código de Trânsito Brasileiro e das normas de segurança do trabalho.

4.12.4 Uniformização e Identificação dos Funcionários

Todos os colaboradores da Contratada deverão atuar devidamente **uniformizados, identificados por crachá funcional visível** e portando os **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** exigidos para cada atividade, em conformidade com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e demais legislações aplicáveis à segurança do trabalho.

O uniforme deverá conter, obrigatoriamente, o **nome da empresa contratada**, de forma legível, para possibilitar a pronta identificação e facilitar a comunicação com o público e com a Administração.

4.12.5 A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente às diretrizes e exigências previstas no **Termo de Referência** e no **Protocolo de Execução dos Serviços**, ambos anexos ao edital. Com o intuito de evitar falhas operacionais e assegurar a conformidade contratual, a licitante, ao submeter sua proposta, deverá apresentar **declaração formal de ciência e concordância integral com os termos estabelecidos**. A avaliação da qualidade dos serviços prestados será realizada mensalmente pela Administração, com base nos critérios definidos no **Formulário de Avaliação dos Serviços**, constante do **Anexo III** deste Estudo Técnico Preliminar.

4.13 – PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO PÁTIO

Para que seja possível a correta verificação das exigências, a proponente melhor classificada no pregão deverá apresentar, **no momento da habilitação da empresa licitante, Projeto técnico de implantação do pátio**, contendo no mínimo os seguintes elementos:

4.13.1 – Itens mínimos do projeto:

1. Planta de Situação:

- Representação do terreno e sua inserção no quarteirão, com destaque para os limites do lote, vias de acesso e edificações adjacentes.
- Identificação das principais vias públicas, logradouros e pontos de referência no entorno imediato.

- Orientação geográfica (rosa dos ventos) e escala gráfica adequada.
- Legenda com simbologia explicativa.

2. Planta baixa arquitetônica:

- Perímetro total da área, com dimensões e barreiras físicas (muros, cercas, portões);
- Área Operacional;
- Vagas numeradas e segregadas por tipo:
 - Veículos leves (vagas individuais, corredores de acesso);
 - Veículos pesados (espaço para manobras e distanciamento lateral);
 - Motocicletas (estacionamento compacto e protegido);
- Áreas de trânsito interno (largura de vias, rotas prioritárias);
- Setores específicos (Com cotas e áreas):
 - Perícia
 - Galpão coberto
 - Área administrativa
 - Sanitários e áreas de apoio.

3. Cronograma de implementação

- Apresentar cronograma de implementação demonstrando o plano de ações e prazos estipulados para atender integralmente aos requisitos.

Observação: Caso julgue necessário, a Administração poderá solicitar complementações ou revisões técnicas adicionais.

Fundamentação Técnica para a Exigência de Projeto de Implantação do Pátio

A exigência de apresentação de Projeto de Implantação do Pátio tem por finalidade assegurar que a estrutura física disponibilizada pela contratada esteja integralmente compatível com os requisitos operacionais definidos pela Administração. A prestação dos serviços de guarda e depósito de veículos e bens móveis apreendidos exige organização espacial precisa, com áreas devidamente setorizadas para diferentes tipos de veículos, zonas de triagem e perícia, circulação interna, espaços cobertos, recepção, área administrativa e demais elementos essenciais ao funcionamento regular e seguro do serviço.

O projeto deve conter a planta de implantação com **todas as vagas numeradas**, de modo a permitir a localização rápida e precisa dos veículos ao longo de toda a execução contratual, o que é fundamental para a eficiência de diligências, perícias, vistorias, fiscalizações e processos de liberação ou leilão. A ausência dessa organização comprometeria a rastreabilidade do acervo, a agilidade nas operações e a segurança dos bens sob custódia.

Além disso, a análise prévia do projeto técnico possibilita à Administração verificar objetivamente se o espaço atende às dimensões mínimas exigidas, à conformidade com os fluxos operacionais e ao correto posicionamento das estruturas obrigatórias, prevenindo riscos de inexecução, improvisações inadequadas ou não conformidades durante a fase contratual.

Trata-se, portanto, de medida tecnicamente indispensável para garantir o adequado planejamento, a execução eficaz dos serviços contratados e a fiscalização contínua pela unidade gestora.

4.13.2 – Requisitos Complementares

- **Aprovação prévia:** O projeto deverá ser submetido à DELSECPOL em formato **CAD (DWG)** e **PDF**, com ART /RRT de responsabilidade técnica **no momento da habilitação da licitante**.
- **Adequações:** Eventuais modificações arquitetônicas durante a execução contratual deverão ser justificadas e previamente aprovadas pela contratante.

4.14 – Prazo para início dos serviços: Os serviços serão iniciados em até 1 dia útil após a emissão da Ordem de Início dos Serviços (OS).

4.15 – Justificativa de Preenchimento

O presente item está inteiramente preenchido com base nas diretrizes do Decreto Estadual 68.017/2023, no inciso II e §2º do art. 7º da IN SEGES/ME nº 40/2020, estando devidamente descritos todos os requisitos técnicos, operacionais, estruturais e de sustentabilidade essenciais à contratação. Não se aplica a necessidade de justificativa por não preenchimento.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Introdução

O levantamento de mercado tem por finalidade identificar as melhores soluções disponíveis para a contratação de serviços de guarda e depósito de veículos e bens móveis apreendidos, com base no disposto no inciso III e §1º do art. 7º da IN SEGES/ME nº 40/2020, bem como no art. 40, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Foram consideradas contratações similares de outros órgãos públicos, inclusive experiências da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, e de outras unidades da Polícia Civil do Estado de São Paulo, com o intuito de identificar metodologias, tecnologias e soluções inovadoras aplicáveis à realidade da Delegacia Seccional de Jacupiranga (DELSECPOL).

5.2 Procedimentos Realizados

5.2.1 Análise de Contratações Anteriores

Realizou-se análise detalhada dos contratos anteriormente firmados por esta Unidade Gestora Executora (UGE), em conjunto com o setor de subfrota, com o objetivo de identificar falhas e boas práticas. Essa análise orientou ajustes nos requisitos técnicos, operacionais e de controle, buscando maior eficiência e aderência à legislação vigente.

5.2.2 Consideração de Pareceres do TCE/SP

Foram observadas recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, derivadas de auditorias em contratos anteriores. Tais apontamentos foram devidamente considerados à presente proposta.

5.2.3 Consulta a Contratações Similares

Foram consultadas contratações realizadas por outras delegacias seccionais, órgãos policiais e administração pública em geral, objetivando a identificação de soluções mais eficazes, tecnologicamente atualizadas e economicamente viáveis.

5.3 Análise de Alternativas de Modelo de Contratação

Duas principais alternativas de modelo contratual foram consideradas:

5.3.1 Modelo por Estadia Diária

Baseado na Portaria SUP/DER-234-22/12/2025:

- R\$ 86,06 por veículo leve/motocicleta.
- R\$ 258,18 por veículo pesado.

Simulação de custos mensais:

- Carros (525): R\$ 45.181,50
- Motos (1132): R\$ 97.419,92
- Pesados (68): R\$ 17.556,24
- **Total estimado: R\$ 160.015,76/mês**

5.3.2 Modelo de Preço Fixo Mensal

- Valor estimado: 20.629,43/mês (com base em cotações atuais - Item 8 deste ETP)

5.3.3 Análise Comparativa

A alternativa por valor fixo mensal é mais vantajosa, pois gera economia estimada de R\$ 139.386,33/mês, além de permitir previsão orçamentária, estabilidade e simplificação de gestão contratual.

5.4 Análise da Oferta de Fornecedores

Verificou-se que o número de fornecedores especializados é relativamente restrito na região, sobretudo no atendimento aos requisitos legais e operacionais exigidos pela Polícia Civil.

Verificou-se que a emissão da apólice de seguros não tem sido realizada pelas seguradoras, portanto, deve-se prever alternativas de forma razoável para exigência de seguro.

5.5 Adoção de Flexibilizações

Considerando o número restrito de fornecedores capazes de atender a demanda, visando ampliar a concorrência, devem ser adotadas as seguintes medidas:

- Divisão de exigências em dois níveis (Nível 1: exigências obrigatórias imediatas; Nível 2: exigências complementares com prazo);
- Possibilitar a substituição da apólice de seguro por declaração de responsabilidade, em razão da dificuldade de obtenção no mercado;
- Eliminação da exigência de atestados de capacidade técnica, substituídos por vistorias presenciais da Administração;
- Aceitação de local em fase de adequação, desde que atenda aos requisitos essenciais de forma gradual conforme estabelecido.
- Possibilitar a substituição de seguro por declaração de responsabilidade desde que comprovada a inviabilidade da emissão.

5.6 Conclusão

O levantamento de mercado indicou a viabilidade da contratação, a existência de soluções compatíveis com as necessidades da DELSECPOL e a disponibilidade de fornecedores no mercado, ainda que restrita. O modelo de pagamento mensal fixo é financeiramente mais vantajoso e operacionalmente mais estável.

Todas as ações foram orientadas pela busca da maior eficiência, legalidade, sustentabilidade e transparência no processo, observando as diretrizes normativas vigentes.

As informações coletadas demonstram que a terceirização do serviço é prática consolidada, viável e eficiente para o atendimento da necessidade pública em questão.

Ressalta-se que as flexibilizações adotadas não comprometem a qualidade da prestação dos serviços, tampouco reduzem o nível de exigência quanto à segurança, funcionalidade e rastreabilidade dos bens sob custódia. As medidas foram cuidadosamente estruturadas com o objetivo de equilibrar a ampliação da competitividade no certame com a preservação das garantias operacionais e administrativas exigidas pela Administração Pública. Ao permitir, por exemplo, a substituição da apólice de seguro por declaração formal de responsabilidade — desde que devidamente justificada a inviabilidade de contratação junto ao mercado segurador —, e ao admitir a fase inicial de adequação de áreas físicas com cronograma definido, buscou-se mitigar barreiras desproporcionais à participação sem abrir mão dos critérios técnicos essenciais à execução contratual. A divisão em níveis de exigência e a substituição de atestados técnicos por vistorias presenciais são alternativas viáveis que asseguram o controle prévio da capacidade operacional dos licitantes, ao mesmo tempo em que ampliam a base de potenciais fornecedores qualificados, especialmente em regiões com mercado restrito.

Por fim, não se aplica justificativa de ausência de preenchimento, conforme §2º do art. 7º da IN 40/2020, tendo em vista que o campo encontra-se plenamente preenchido com os elementos exigidos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Contexto e Necessidade

A Delegacia Seccional de Jacupiranga (DELSECPOL) necessita de uma solução integrada para armazenamento e gestão segura de veículos e bens móveis apreendidos em operações policiais, considerando:

- **Demanda atual:** 1.501 veículos (457 leves, 59 pesados, 985 motos/peças)
- **Projeção:** Crescimento médio de 6,80% ao ano (base histórica 2021-2026) - Anexo II deste estudo.
- **Problemas críticos:** Falta de infraestrutura adequada, risco de deterioração e custos operacionais elevados

6.2. Solução Proposta

6.2.1. Componentes Principais

Elemento	Especificações Técnicas
Infraestrutura Física	- Área total mínima: 11.397,474 m²
Segurança	- Cerca perimetral (2,5m) + concertina - Câmeras 5MP (gravação 6 meses) - Iluminação LED com sensores
Gestão Tecnológica	- Software com: <ul style="list-style-type: none">• Cadastro por BO/IP• Registro de informações gerais• Relatórios mensais automatizados

Observação: Para garantir uma execução adequada será desenvolvido o protocolo de execução de serviços na etapa do Termo de Referência descrevendo e detalhando as etapas da execução dos serviços de modo a garantir qualidade adequada.

6.3 Objetivo da Solução

A solução proposta tem como objetivo garantir a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de guarda e depósito de veículos e bens móveis apreendidos, com infraestrutura adequada, segurança perimetral, sistemas informatizados e atendimento padronizado. Visa também assegurar a rastreabilidade, integridade e manutenção dos bens sob custódia da Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga (DELSECPOL), inclusive viaturas oficiais sinistradas ou em desativação.

6.4 Adequação

O objeto da presente contratação enquadra-se na definição de “**SERVIÇOS COMUNS**”, uma vez que é composto de serviços padronizados e definidos inteiramente por meio de especificações claras e objetivas, tanto no que diz respeito à aplicação de mão de obra como no fornecimento de materiais. Além disso, o objeto segue especificações que são usuais de mercado, já que sua execução é perfeitamente conhecida e dominada por este órgão de segurança pública.

Também possui, em essência, as seguintes características:

- a) “**NATUREZA CONTINUADA**”, tendo em vista poder ser demandado a qualquer momento ou prazo, sendo indispensável ao cumprimento das atividades legais do órgão e necessários por período indeterminado;
- b) “**SEM MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**”, pois a execução das atividades não demanda a disposição e utilização de toda a mão de obra da contratada, o tempo todo, não havendo necessidade, durante a execução contratual, que os empregados da empresa contratada fiquem à disposição da contratante em suas dependências. Reforça-se que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os funcionários da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- c) “**NÃO EXCLUSIVO**”, tendo em vista que a Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga não requer exclusividade na prestação dos serviços, assim, a contratada poderá prestar os mesmos serviços a outros órgãos, empresas ou particulares durante a vigência do contrato, conforme seu interesse, desde que se mantenha disponível à plena execução contratual junto às delegacias de polícia, onde deverá manter uma área mínima reservada aos veículos encaminhados pelo órgão e de acesso exclusivo de acordo com o previsto em Edital.

Considerando que se trata de serviço comum, a contratação pretendida será realizada por meio de licitação pública, na modalidade de **pregão eletrônico e modo de disputa aberto**, por ser a alternativa mais adequada e eficiente identificada pela Administração Pública para solucionar a demanda.

Quanto ao critério de julgamento verifica-se mais adequado o de **menor preço**.

Acrescenta-se, ainda, que conforme decreto 67.985/2023 que regulamentou o disposto no artigo 20 da Lei federal nº 14.133 /2021, a contratação dos serviços pretendidos não se enquadra na categoria de luxo, sendo necessária para suprir a demanda justificada da entidade contratante, independentemente do valor monetário.

6.5 Justificativa Técnica

A presente solução foi formulada com base nas necessidades da DELSECPOL, considerando:

- **Preservação e Segurança dos Bens:** Redução de riscos de furto, danos e deterioração dos bens apreendidos.
- **Padronização Operacional:** Centralização e controle eficaz do acervo de veículos.
- **Rastreabilidade e Transparência:** Por meio de sistema digital com evidências visuais e relatórios mensais.

- **Adequação Normativa:** Alinha-se à Lei 14.133/2021, IN 40/2020, legislação ambiental, de acessibilidade e órgãos de controle.

6.6 Justificativa Econômica

- **Economia de Escala:** A concentração dos serviços em um único contrato gera eficiência administrativa e financeira.
- **Previsibilidade Orçamentária:** O modelo de preço fixo mensal permite gestão orçamentária com menor exposição a flutuações e economia direta para a Administração.
- **Atratividade e Competitividade:** A padronização e previsibilidade tornam o certame mais atrativo a fornecedores de outras regiões, desta forma é possível garantir maior concorrência.

6.7 Conclusão

A solução proposta visa atender integralmente às necessidades da Delegacia Seccional de Jacupiranga, com elevado padrão de segurança, rastreabilidade, regularidade e eficiência. A estrutura proposta combina requisitos técnicos, legais e operacionais que garantem a proteção do interesse público com a viabilidade econômica da contratação. Trata-se, portanto, de solução tecnicamente adequada, economicamente justificável e juridicamente segura.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Em conformidade com o Decreto 68.017/2023, do disposto no inciso V, art. 7º, da Instrução Normativa SEGES /ME nº 40/2020, e com base no art. 11, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, esta seção apresenta a estimativa das quantidades a serem contratadas, fundamentada em dados concretos, histórico de apreensões, capacidade instalada, evolução de demandas e projeções para o período contratual proposto.

7.1 Objeto da Contratação

A contratação abrangerá os serviços de disponibilização e gestão de pátio, incluindo:

- Guarda e custódia de veículos e bens móveis apreendidos;
- Infraestrutura física mínima de 11.397,474
- m²;
- Sistema de CFTV, controle de acesso e segurança perimetral;
- Gestão informatizada, atendimento ao público e suporte operacional.

7.2 Base de Cálculo e Metodologia

A estimativa foi elaborada com base:

- Nos dados históricos de apreensões registrados pela DELSECPOL de junho/2021 a abril/2026;
- Na projeção de crescimento da demanda para os próximos 30 meses. Neste caso, não é razoável considerar todo o período do contrato (60 meses) devido aos seguintes motivos:
 - A estimativa de todo o prazo contratual geraria maiores custos iniciais desnecessários por aumentar em muito a área necessária e, portanto, contrariaria o princípio da economicidade;
 - Ao planejamento desta DELSECPOL para aumentar o número de leilões públicos nos próximos anos visando evitar o crescimento exagerado do acervo. O objetivo do aumento no número de

leilões visa idealmente reduzir o numero de veículos em acervo **ou minimamente estabilizar** o numero total. nos proximos 30 meses;

- Nas áreas mínimas operacionais requeridas por tipo de veículo e nas normas técnicas de sinalização viária e logística (Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Volume IV).
- O memorial de cálculo integra este estudo e pode ser verificado no anexo II.

Tabela 1: Projeção de Demanda para 30 Meses

Tipo de Veículo	Quantidade Atual	Acréscimo Estimado	Total Estimado
Veículos Leves	457	61	518
Veículos Pesados	59	20	79
Motocicletas/Partes	985	178	1163
Total Geral	1.501	-	1.759

Tabela 2: Área Operacional Projetada

Tipo de Veículo	Área por Vaga (m²)	Quantidade	Área Total (m²)
Veículos Leves	11,73	518	6.076,14
Veículos Pesados	24,8	79	1.959,2
Motocicletas/Partes	2,00	1163	2.326
10% de área total - estrutura para execução dos serviços (área de manobras, local para perícia, vistoria, realização de leilão e depósito de motores, caixas de câmbio e outras peças	-	-	1.036,134
Área total útil	-	-	11.397,474

- **Área total mínima requerida: 11.397,474 m².** A área operacional mínima foi calculada com base nas informações contidas no Código de Obras e Edificações de São Paulo, e Código de obras e Edificações do ***município de Jacupiranga Lei Municipal n. 30/1974.***
- **Observe-se** que o Código de Obras e Edificações do Município de Jacupiranga, Lei 30/1974, artigo 314, que versa sobre metragem apresenta apenas medição única de **11,73 m²** para todos os veículos, o que aparentemente oneraria de forma absurda o objeto deste procedimento, portanto, tal metragem será utilizada apenas para veículos leves. Para as demais espécies de veículos, ou seja, motocicletas e veículos pesados, serão utilizadas as medições constantes do Código de Obras e Edificações do município de São Paulo, Lei Municipal 16.642/2017. **No cálculo das áreas, observada a diversidade dos veículos apreendidos, observado o principio da razoabilidade, foram consideradas sempre as dimensões médias, portanto, deverá o operador do pátio prever tal variação e garantir vagas adequadas para todos os tipos e portes de veículos.**

Observação: O memorial de cálculo detalhado está disponível para análise no anexo 2 deste estudo técnico preliminar.

7.3 Referências

Para a elaboração do memorial de cálculo, foram utilizadas as seguintes referências normativas e técnicas:

- Código de Obras e Edificações (COE) do Município de São Paulo: Lei nº 16.642/2017 e Decreto nº 57.776/2017 (em particular o Anexo I, que detalha as dimensões de vagas e faixas de acesso a vagas).
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Volume 4 (Sinalização Horizontal): Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).
- Resolução CONTRAN nº 882/2021: Estabelece os limites de pesos e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres.

7.4 Estimativa de Quantidade

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Estimada
1	Disponibilização e gestão de pátio de veículos	Mês	60 meses (prorrogável por igual período).

7.5 Justificativas e Critérios Adotados

- **Demanda Histórica e Crescimento:** A projeção de demanda foi baseada em aumento médio registrado nos últimos 59 meses (junho/2021 - a abril/2026), projetado proporcionalmente para os próximos 30 meses.
- **Capacidade de Armazenamento:** A estimativa foi ajustada para garantir reserva de espaço suficiente, inclusive considerando a rotatividade dos veículos apreendidos e a política de leilões e a guarda de bens móveis e outros já mencionados.
- **Segurança e Monitoramento:** A dimensão mínima do pátio contempla todos os requisitos de segurança, vigilância e triagem exigidos pela Administração.
- **Economia de Escala e Eficiência Operacional:** A concentração da gestão em único contrato e operador gera ganho logístico, controle eficiente e menor custo total.
- **Justificativa do Prazo de 60 Meses:**
 - Incentiva maior competitividade e atratividade do certame;
 - Melhora a percepção de retorno dos investimentos iniciais necessários por parte da contratada;
 - Garante estabilidade contratual e reduz a necessidade de novos processos licitatórios;
 - Evitar remoções do acervo em períodos curtos. A realização de remoções do acervo em curtos intervalos de tempo seria significativamente prejudicial a racionalidade dos recursos públicos. A movimentação dos veículos apreendidos demanda logística complexa, envolve custos elevados e mobiliza recursos humanos e materiais. Remoções frequentes e não planejadas comprometem os princípios da economicidade e da eficiência administrativa, conforme previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

7.6 Conclusão

A estimativa de quantidades foi definida com base em metodologia coerente, dados concretos e critérios técnicos atualizados. O dimensionamento do serviço contratado atende integralmente à demanda da DELSECPOL, assegurando continuidade, segurança, economicidade e observância aos princípios da legalidade e da vantajosidade. A planilha de dimensionamento segue como anexo técnico complementar.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.207.579,00

Em conformidade com o Decreto nº 68.017/2023 e com o inciso VI do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, a estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em referências de preços praticados em outras Unidades Gestoras Estaduais (UGEs) que realizam contratações similares no âmbito da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Tal escolha metodológica fundamenta-se no fato de que, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o mercado regional para prestação de serviços especializados de guarda e gestão de pátio de veículos apreendidos revela-se consideravelmente restrito, tanto em número de operadores quanto na diversidade e qualidade das propostas obtidas por meio de cotações diretas.

Além disso, verificou-se que tentativas anteriores de obtenção de propostas formais junto a empresas da região resultaram em respostas incompletas, ausência de padronização de critérios e variações extremas de preços, o que comprometeria a aferição de um valor de mercado fidedigno.

Dessa forma, a análise comparativa de contratos efetivamente celebrados por outras Delegacias Seccionais do Estado configura-se como o critério mais seguro, eficiente e aderente aos princípios da **economicidade, razoabilidade e transparência**, permitindo à Administração estimar um valor de referência realista, praticável e compatível com o serviço pretendido.

Tabela 1: Cálculo do Valor Estimado da Contratação

Descrição	Valor Unitário (R\$)	Área Estimada (m²)	Valor Total (R\$)
Menor preço por m²	1,81	11.397,474	20.629,43
Valor no exercício 2026 (7 meses)	-	-	R\$ 144.406,01
Valor anual (12 meses)	-	-	R\$ 247.553,16
Valor para 60 meses	-	-	R\$ 1.237.765,80

Memorial de Cálculo

Considerando a necessidade de contratação de serviços especializados de guarda, armazenamento, controle e apoio operacional em pátio destinado a veículos e bens móveis apreendidos, com vistas a atender as demandas operacionais da Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga (DELSECPOL), promove-se o presente Estudo de Estimativa de Preços para fins de instrução do respectivo processo licitatório.

O presente estudo tem por fundamento o artigo 23, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a utilizar como parâmetro para definição da estimativa de preços contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, inclusive no âmbito estadual. A metodologia adotada priorizou a obtenção de dados comparativos de contratos efetivamente celebrados por outras Delegacias Seccionais de Polícia do Estado de São Paulo, optando-se por fontes confiáveis e juridicamente válidas em detrimento de cotações diretas com o mercado, que vêm se mostrando pouco responsivas e inconsistentes.

Metodologia Adotada

Inicialmente, foi realizada consulta à base de dados do Portal Compras.Gov.br, contudo, verificou-se que os registros disponíveis para serviços dessa natureza apresentam elevada heterogeneidade quanto às unidades de fornecimento (m², diária, global, etc.), ausência de informações padronizadas e inconsistências nos valores declarados, o que comprometeria a confiabilidade da média obtida por essa via.

Diante dessa limitação, optou-se por uma abordagem comparativa direta, baseada na análise de contratações similares firmadas por outras Delegacias Seccionais de Polícia no Estado, conforme contratos em vigor em 2026. Foram considerados dados obtidos de onze unidades de perfil operacional similar ou superior ao da DELSECPOL de Jacupiranga, conforme tabela a seguir:

Tabela 2: Referências de Preços Praticados por outras Delegacias Seccionais em contratos ativos

	Unidade	Metragem (m²)	Valor Mensal (R\$)	Custo por m² (R\$)
1	São José dos Campos	24.743,28	55.149,89	2,23
2	Mogi das Cruzes	65.210,53	130.575,00	2,00
3	Marília	6.109,00	12.830,00	2,10
4	Ourinhos	10.790,67	19.478,75	1,81
5	São Joaquim da Barra	3.883,38	13.028,12	3,35
6	Carapicuíba	22.220,00	52.902,80	2,38
7	Taubaté	50.994,02	96.092,82	1,88
8	Jaú	7.624,87	26.324,10	3,45
9	Registro	20.000,00	70.086,68	3,50

Com base nos dados acima, e em observação ao Decreto n. 67888/2023, extraindo-se que a média simples dos valores da tabela acima apresentada, excluindo os valores anteriormente contratados por outras unidade que sejam considerados como excessivos (ou os maiores), correspondentes aos itens 05, 08 e 09, obtém-se o valor médio de R\$ 2,07 (dois reais e sete centavos) o metro quadrado. No entanto, conforme orientação destacada em Despacho exarado pela APAFO/DGPAD, deverá ser adotado o MENOR VALOR da pesquisa. Desta forma, Desta forma o valor de referência passará a ser de **R\$ 1,81 (um real e oitenta e um centavos)** proveniente do valor contratado pela Delegacia Seccional de Ourinhos, item 4 da supramencionada tabela.

Aplicação à Realidade da DELSECPOL

Foi elaborado estudo técnico de demanda de área para o pátio da Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga, considerando um histórico real de apreensões dos últimos 59 meses e a projeção futura de acervo para um horizonte de 30 meses, alinhado ao Plano de Execução de Leilões da unidade, que visa estabilizar o fluxo de entrada e saída de veículos nesse período. Estimar além desse prazo comprometeria a economicidade da contratação, obrigando a Administração a arcar com área ociosa nos meses iniciais de vigência contratual.

Com base nessa projeção, foi estimada uma demanda de 11.397,474 m² para acomodação simultânea de 1163 motocicletas, 518 veículos leves e 79 veículos pesados, já considerando suas respectivas faixas de circulação, áreas de triagem, leilão, perícia, administração, e demais estruturas acessórias previstas contratualmente.

Aplicando-se o menor valor identificado de R\$ 1,81/m², chega-se ao seguinte valor estimado para a contratação:

- Valor mensal estimado: **R\$ 20.629,43**

Conclusão

Diante da consistência dos dados analisados, da similaridade com contratos firmados por outras Delegacias Seccionais e de conformidade com o Decreto 67888/2023, considera-se plenamente justificável a adoção do custo unitário de R\$ 1,81 por metro quadrado como parâmetro oficial de estimativa de preços para a instrução do presente procedimento licitatório. Tal medida está em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e razoabilidade que norteiam a Administração Pública, e atende ao disposto no artigo 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Tabela de Estimativa - Período de junho a dezembro de 2026

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Preço Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
------	-----------	-------------------	---------------------	----------------------	-------------------

1	Depósito e guarda de veículos apreendidos	Mês	7 meses	20.629,43	R\$ 144.406,01
---	---	-----	---------	-----------	----------------

Considerações Finais

A estimativa foi elaborada com base em dados concretos e referências confiáveis, promovendo transparência e controle orçamentário. O valor de R\$ 20.629,43 por mês representa o **valor máximo aceitável**, com expectativa de redução via processo licitatório, otimizando recursos e assegurando a continuidade e eficiência dos serviços.

A utilização de valores praticados por outras UGE, considerando que os requisitos e exigências são muito similares, mostra-se a melhor solução para atender aos princípios de elaboração de orçamento, **em especial para atendimento do Decreto 63.316/2018, neste caso, foram utilizados dados de mais de 10 UGE referenciando os valores contratuais atualizados de modo a atender a exigência normativa de orçamentos com menos de 180 dias de elaboração.**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Análise Técnica e Econômica

Após análise técnica e econômica, conclui-se que o **não parcelamento do objeto** é a solução mais adequada para a contratação dos serviços de **pátio e guarda de veículos** pela Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga (DELSECPOL). Essa decisão baseia-se nos seguintes aspectos:

9.1.2. Integração dos Serviços

- Os serviços de disponibilização de pátio e guarda de veículos são **intrinsecamente relacionados**, sendo inviável sua divisão sem comprometer a eficiência operacional. A guarda dos veículos depende diretamente da infraestrutura do pátio, e a separação desses serviços resultaria em descoordenação, sobreposição de responsabilidades e aumento de custos.

9.3. Economia de Escala

- A contratação unificada e a contratação pelo máximo período legal (**60 meses**) dos serviços permite a obtenção de **economia de escala**, com redução de custos administrativos e operacionais. A divisão do objeto em lotes separados resultaria em perda dessa economia, uma vez que a gestão de múltiplos contratos exigiria maior dispêndio de recursos humanos e financeiros.

9.4. Competitividade e Atração de Fornecedores

- A unificação dos serviços em um único contrato e a contratação pelo máximo período legal (60 meses) torna o processo licitatório mais **atrativo para empresas de outras regiões**, aumentando a competitividade e possibilitando propostas mais vantajosas. O parcelamento do objeto reduziria o interesse de potenciais fornecedores, especialmente considerando a limitação de empresas especializadas na região do Vale do Ribeira.

2.4. Simplificação da Gestão

- A contratação unificada simplifica a gestão do contrato, permitindo maior controle e fiscalização dos serviços prestados. A divisão do objeto em lotes separados aumentaria a complexidade administrativa, exigindo maior esforço de coordenação e monitoramento.

3. Conclusão

Com base na análise técnica e econômica, conclui-se que o **não parcelamento do objeto** é a solução mais adequada para a contratação dos serviços de pátio e guarda de veículos pela DELSECPOL. A unificação dos

serviços em um único contrato garante a integração das atividades, a obtenção de economia de escala, o aumento da competitividade e a simplificação da gestão, atendendo plenamente aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

De acordo com o inciso VIII do art. 7º da IN 40/2020, informamos que:

[X] Há contratações correlatas e/ou interdependentes relacionadas ao objeto desta compra/contratação.

[] Não há contratações correlatas e/ou interdependentes relacionadas ao objeto desta compra/contratação.

A contratação relacionada refere-se ao **serviço de guinchamento e transporte de veículos, que será objeto de um processo licitatório separado, conforme orientação da CJ/SSP.**

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com o inciso IX do art. 7º da IN 40/2020, informamos que a presente contratação está devidamente alinhada ao planejamento da Delegacia Seccional de Jacupiranga, conforme previsão no **Plano de Contratações Anual (PCA)** do órgão.

A contratação em questão trata-se de uma aquisição essencial para o cumprimento das atividades e finalidades institucionais da Delegacia Seccional de Jacupiranga, atendendo às demandas prioritárias e garantindo a continuidade e eficiência dos serviços prestados.

Caso a contratação não estivesse prevista no PCA, seria necessário justificar a ausência de previsão, conforme determina o art. 7º, §2º da IN 40/2020. No entanto, neste caso, a contratação está plenamente alinhada ao planejamento estratégico e operacional do órgão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios diretos e indiretos que se almejam com a presente contratação são os seguintes:

1. Efetividade e Desenvolvimento Sustentável:

A contratação integrada proposta representa uma grande evolução no modelo de aquisição de serviços, promovendo a otimização de recursos e a sustentabilidade. Ao unificar demandas e processos, reduz-se a fragmentação de contratos, o que contribui para uma gestão mais eficiente e alinhada aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável.

2. Economicidade:

A contratação conjunta dos serviços, incluindo até mesmo os veículos oficiais, permite a obtenção de melhores condições comerciais, com redução de custos e maximização do valor dos recursos públicos aplicados.

3. Eficiência e Eficácia:

A contratação dos serviços garante maior agilidade na execução das atividades.

4. Melhor Aproveitamento de Recursos:

A contratação proposta otimiza o uso de recursos humanos, materiais e financeiros, uma vez que centraliza a gestão e a fiscalização dos serviços, reduzindo a necessidade de alocação de equipes para múltiplos processos.

5. **Transparência e Controle:**

A adoção de um modelo integrado facilita o monitoramento e a fiscalização dos serviços contratados, garantindo maior transparência e controle sobre a aplicação dos recursos públicos.

6. **Modernização e Inovação:**

A contratação integrada reflete uma modernização na gestão pública, incorporando boas práticas de governança e inovação, o que fortalece a imagem da instituição perante a sociedade.

Em síntese, a contratação proposta traz ganhos significativos em termos de economicidade, eficiência, eficácia e sustentabilidade, além de contribuir para o aprimoramento contínuo dos processos de gestão pública.

13. Providências a serem Adotadas

As providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, bem como as ações necessárias para garantir a eficácia da contratação:

1. **Plano de Implementação:**

O Plano de Implementação foi estruturado para garantir o cumprimento das exigências em dois níveis (Nível 1 e Nível 2), visando atrair empresas de fora da região, assegurar ampla concorrência e garantir que a empresa contratada atenda a todos os requisitos necessários ao longo do tempo.

2. **Reunião de Integração com a Contratada:**

Será realizada uma reunião de integração com a empresa contratada, antes do início da execução do contrato, com o objetivo de alinhar os protocolos estabelecidos, esclarecer dúvidas e garantir a compreensão das obrigações e expectativas por parte de ambas as partes. Essa reunião contará com a participação de representantes da administração e da empresa contratada, além de técnicos responsáveis pela fiscalização e gestão contratual.

3. **Vistoria Pré-Contrato:**

Será realizada uma vistoria técnica no local onde os serviços serão executados, com base em critérios objetivos de avaliação definidos no edital. A vistoria terá como objetivo verificar o cumprimento das exigências de Nível 1 (cumprimento imediato). Em caso de inadequação, a empresa será desclassificada, conforme previsto no edital.

4. **Vistoria Pós-Contrato:**

Concluído o prazo estabelecido para cumprimento das exigências de Nível 2 — ou seu eventual período de prorrogação —, será realizada uma **vistoria técnica pós-contratual**, com o objetivo de verificar **a integral implementação das estruturas, recursos e adequações previstas no Plano de Implementação**. A vistoria será conduzida por equipe técnica designada pela Administração, com base em checklist padronizado e critérios objetivos de conformidade, previamente definidos no edital e no Termo de Referência.

Caso sejam identificadas pendências ou inconformidades, a contratada será notificada para correção imediata, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e do contrato. A vistoria pós-contrato será considerada etapa obrigatória de validação do cumprimento integral das condições contratuais, e seu resultado será formalmente registrado em relatório técnico, que integrará os autos do processo administrativo.

5. **Capacitação de Servidores:**

Será promovida a orientação dos servidores e equipes responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, visando garantir o acompanhamento eficiente da execução dos serviços e o cumprimento das cláusulas contratuais.

6. **Adequação do Ambiente Organizacional:**

A administração possui os requisitos necessários para receber os serviços contratados, incluindo a disponibilização de infraestrutura e recursos necessários para a fiscalização e monitoramento.

7. Divisão das Exigências em Níveis:

- **Nível 1 (Cumprimento Imediato):** Exigências básicas e essenciais que a empresa deve cumprir antes da assinatura do contrato. O não cumprimento resultará em desclassificação.
- **Nível 2 (Cumprimento em até 90 dias):** Exigências complementares que a empresa deve cumprir em até 90 dias após a assinatura do contrato, com possibilidade de prorrogação por mais 90 dias, desde que comprovado o processo de adequação.

8. Prazos e Prorrogações:

- Prazo para cumprimento das exigências de Nível 2: 90 dias após a assinatura do contrato.
- Possibilidade de prorrogação por mais 90 dias, mediante solicitação justificada e comprovada.

9. Monitoramento e Acompanhamento:

A administração realizará monitoramento contínuo do cumprimento das exigências e das etapas do Plano de Implementação, garantindo que a empresa contratada atenda a todos os requisitos estabelecidos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais relacionados à contratação dos serviços de guincho e pátio para guarda de veículos, bem como as respectivas medidas de tratamento ou mitigação para sanar os riscos ambientais existentes:

1. Geração de Resíduos:

- **Possível Impacto:** A operação do pátio pode gerar resíduos sólidos, como peças automotivas inservíveis, óleos lubrificantes, baterias e outros materiais descartados durante a guarda e manutenção dos veículos.
- **Medidas de Mitigação:**
 - Destinação adequada ou contratação de empresas especializadas e licenciadas para a coleta e destinação ambientalmente correta de resíduos perigosos, como óleos e baterias.
 - Orientação para conscientização dos funcionários sobre a importância da correta gestão dos resíduos.

2. Contaminação do Solo e Água:

- **Possível Impacto:** O vazamento de fluidos automotivos, como óleo, combustível e líquidos de arrefecimento, pode contaminar o solo e os recursos hídricos próximos ao pátio.
- **Medidas de Mitigação:**
 - Separação e disposição dos veículos com vazamentos no barracão que deverá possuir piso pavimentado.
 - Monitoramento periódico das áreas de estacionamento e manutenção para identificar e corrigir eventuais vazamentos.
 - Capacitação dos funcionários para o manuseio seguro de fluidos automotivos e resposta rápida a incidentes.

3. Emissões Atmosféricas:

- **Possível Impacto:** A movimentação de veículos e equipamentos no pátio pode gerar emissões de gases poluentes e material particulado, contribuindo para a poluição do ar.

- **Medidas de Mitigação:**

- Manutenção preventiva dos veículos próprios da contratada e equipamentos para garantir o funcionamento eficiente e reduzir as emissões.
- Utilização de equipamentos modernos e menos poluentes, sempre que possível.

4. Ruídos e Vibrações:

- **Possível Impacto:** A operação de guinchos, empilhadeiras e outros equipamentos pode gerar ruídos e vibrações, causando incômodo à comunidade do entorno.
- **Medidas de Mitigação:**
 - Estabelecimento de horários de operação que minimizem o impacto sonoro nas áreas residenciais próximas, caso necessário.
 - Utilização de equipamentos com tecnologia de redução de ruído.

5. Impacto na Fauna e Flora:

- **Possível Impacto:** A instalação e operação do pátio em áreas próximas a ecossistemas sensíveis podem afetar a fauna e a flora local.
- **Medidas de Mitigação:**
 - Escolha de localização que não esteja sobre áreas de preservação ambiental.
 - Adoção de práticas sustentáveis, como o plantio de vegetação nativa no entorno do pátio, para compensar eventuais impactos, caso necessário.

6. Consumo de Recursos Naturais:

- **Possível Impacto:** A operação do pátio pode demandar o consumo de água em baixa quantidade e energia elétrica em considerável quantidade.
- **Medidas de Mitigação:**
 - Uso de equipamentos e iluminação de baixo consumo energético.
 - Adoção de práticas de eficiência energética e hídrica, com monitoramento constante do consumo.

7. Medidas de Monitoramento e Fiscalização:

- A administração realizará inspeções periódicas para verificar o cumprimento das medidas de mitigação e o atendimento às normas ambientais.
- A empresa contratada deverá apresentar, em seus relatórios regulares, informações sobre eventuais ocorrências ambientais no pátio.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade da contratação resta caracterizada pela necessidade contínua e imprescindível de disponibilização de pátio destinado à guarda, custódia e conservação de veículos vinculados às atividades de polícia judiciária desta DELSECPOL, incluindo veículos oficiais, garantindo-se condições mínimas de segurança, integridade, rastreabilidade, acesso e logística operacional.

A estimativa de demanda foi dimensionada com base em dados históricos e projeções compatíveis com a realidade operacional da Unidade, resultando na definição de área mínima de 11.397,474 m². A solução selecionada (contratação de pátio com disponibilidade permanente) mostra-se técnica e economicamente adequada, por permitir previsibilidade de custo, continuidade do serviço e mitigação de riscos operacionais, quando comparada a alternativas que dependem de disponibilidade diária e podem gerar variações relevantes de preço e de oferta.

O orçamento estimado foi elaborado a partir de pesquisa de preços e metodologia de comparação com contratações similares, adotando-se o menor valor referencial de R\$ 1,81/m², totalizando estimativa mensal de R\$ 20.629,43 e valor global, para 60 meses, de R\$ 1.237.765,80. Assim, a contratação é viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, estando apta a prosseguir para a fase de elaboração do Termo de Referência e instrução do processo licitatório.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDERSON LUCAS LISBOA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 17:00:56.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Histórico Pátio.pdf (395.53 KB)
- Anexo II - CÁLCULO DE DEMANDA DE ÁREA.pdf (636.23 KB)
- Anexo III - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS.pdf (256.95 KB)
- Anexo IV - código_de_obras_ilustrado COE.pdf (4.85 MB)
- Anexo V - copy_of___04___MBST_Vol._IV___Sinalizacao_Horizontal.pdf (2.21 MB)
- Anexo VI - PORT_TAB_VAL_2025 DER.pdf (34.67 KB)
- Anexo VII - Resolucao8822021.pdf (1.68 MB)
- Anexo VIII - PORT_TAB_VAL_2026.pdf (155.74 KB)
- Anexo IX - obras e urbanismo jacupiranga lei 30 1974.pdf (1.51 MB)



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO SERVIÇO DE PÁTIO E GUARDA DE VEÍCULOS E BENS MÓVEIS

Contrato nº ____/2026

Processo SEI nº 058.00066377/2025-96

1. INTRODUÇÃO

O presente Protocolo de Execução de Serviço tem por finalidade regulamentar, em caráter vinculante, os procedimentos operacionais mínimos e obrigatórios para a execução dos serviços de guarda, controle, movimentação, triagem, apoio a perícia, destinação e liberação de veículos automotores, peças, partes e bens móveis apreendidos ou sob custódia da Polícia Civil, no âmbito da Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga (DSPJ), conforme especificado no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Contrato Administrativo firmado.

A adoção deste protocolo visa garantir a uniformidade dos procedimentos, a rastreabilidade dos bens custodiados, a adequada preservação de evidências criminais, a obediência às determinações legais e administrativas, bem como o pleno atendimento aos princípios da eficiência, transparência, continuidade do serviço público e respeito aos direitos dos proprietários ou responsáveis legais pelos bens apreendidos.

Este documento foi elaborado com base nas melhores práticas administrativas, observando a legislação vigente, notadamente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Estadual nº 68.017/2023, as normas internas da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, os Pareceres Referenciais da CJ/SSP, as Portarias da Delegacia Geral de Polícia, o Estudo Técnico Preliminar e os parâmetros técnicos já consolidados em outras Delegacias Seccionais que operam sistemas de pátio contratualizado.

As rotinas aqui definidas são de cumprimento obrigatório pela contratada e serão exigidas como condicionante para a aferição de desempenho, medição dos serviços, liberação de pagamento e eventual aplicação de penalidades, sendo igualmente utilizadas como referência para vistorias, auditorias e processos de controle interno ou externo.



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

A estrutura do protocolo compreende, de forma sistemática e detalhada, as seguintes etapas:

- Recepção, triagem e cadastramento inicial dos bens;
- Armazenamento conforme tipologia e condição;
- Monitoramento, vigilância e segurança patrimonial;
- Apoio a diligências policiais, perícias e leilões que precisem ser realizados no pátio contratado;
- Liberação e destinação final dos bens conforme autorização e determinação da Administração;
- Registro e geração de relatórios gerenciais e operacionais.

O protocolo também estabelece os deveres acessórios da contratada, os critérios de responsabilidade por perdas ou danos, os parâmetros para uso do sistema informatizado, o controle de acesso físico e digital, os padrões mínimos de manutenção, e os procedimentos para fiscalização por parte da Administração.

2. ETAPAS DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços contratados será organizada em etapas sequenciais e complementares, cada uma subdividida em subprocessos operacionais específicos, com prazos definidos e atribuições de responsabilidade. Essa estrutura visa garantir a padronização, a rastreabilidade e a eficiência na custódia e gestão dos veículos e bens móveis sob guarda da contratada.

A seguir, apresenta-se a síntese dessas etapas:

Nº	ETAPA PRINCIPAL	SUB-ETAPAS	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Recepção e Cadastro	- Chegada do veículo - Vistoria técnica - Preenchimento de checklist - Registro fotográfico - Inserção no sistema informatizado	Contratada	Imediato
2	Armazenamento	- Classificação por tipo - Alocação nas vagas	Contratada	2 horas



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

Nº	ETAPA PRINCIPAL	SUB-ETAPAS	RESPONSÁVEL	PRAZO
		- Veículos danificados para barracão		
3	Monitoramento	- Vigilância 24h - Rondas periódicas - Controle de acesso	Contratada	Contínuo
4	Manutenção	- Conservação básica - Tratamento de vazamentos - Limpeza periódica	Contratada	24h para demandas
5	Liberação	- Verificação documental e confirmação da Autenticidade - Checklist de saída - Retirada ou apoio ao transbordo	Contratada + PC	Conforme agendamento
6	Gestão de Incidentes	- Registro de ocorrências - Comunicação às autoridades - Providências emergenciais	Contratada	Imediato
7	Relatórios	- Relatório mensal consolidado - Indicadores de desempenho	Contratada	Mensal (5º dia útil)
8	Fiscalização	- Avaliação mensal de serviços - Requerimento de ações corretivas - Aprovação e medição mensal	PC	Mensal (5 dias úteis)

3. PROCEDIMENTOS DETALHADOS DE EXECUÇÃO

Os procedimentos descritos nesta seção visam disciplinar, com grau adequado de detalhamento técnico e normativo, a execução das etapas operacionais previstas no item 2, garantindo a rastreabilidade dos bens custodiados, a segurança jurídica dos atos administrativos e o cumprimento contratual em todos os níveis de execução.

3.1. RECEPÇÃO E TRIAGEM

A contratada deverá receber, registrar e acondicionar todo veículo ou bem móvel imediatamente após o ingresso no pátio, dando início aos procedimentos de triagem



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

e cadastramento operacional. O bem deverá ser conduzido à área de triagem e perícia para inspeção inicial, posicionamento em local reservado e execução dos procedimentos técnicos de entrada.

Será obrigatória a realização de vistoria técnica preliminar, com preenchimento completo do Checklist de Entrada (Anexo), bem como o registro fotográfico detalhado: todos os lados, porta-malas, odômetro, marcador de combustível, acessórios instalados, pneus, vidros, motor, sinais de identificação, e outros que se revelem necessários.

Como regra, ao receber um veículo no pátio, este deverá ser posicionado na área de Triagem e Perícia, obedecendo às etapas a seguir:

3.1.1. Registro de entrada

O registro deverá ser efetuado em formulário físico ou eletrônico padronizado, contendo, no mínimo, os seguintes campos:

- Data e hora do recebimento;
- Número do Boletim de Ocorrência, do Policial solicitante e identificação da autoridade requisitante;
- Dados completos do bem (placa, chassi, RENAVAM, marca, modelo, cor, espécie e tipo);
- Estado de conservação detalhado (vidros, pneus, lanternas, danos visíveis, ausência de peças, indícios de contaminação ou adulteração);
- Registro fotográfico com no mínimo 06 (seis) imagens: frente, traseira, laterais, interior da cabine, compartimento do motor e gravação do chassi;
- Registro, quando existirem, de acessórios ou objetos de elevado valor que existirem no veículo;
- Conferência do CheckList do Guincho, quando aplicável, com destaque a eventuais divergências observadas na chegada, as quais deverão ser incluídas no relatório mensal de execução.

O checklist será assinado digital ou fisicamente pelo colaborador responsável pela vistoria e por preposto da contratada, sendo obrigatória a digitalização e arquivamento eletrônico do documento para fins de fiscalização e auditoria.

3.1.1.1. Acondicionamento de Peças, Pertences e Registro de Ocorrências

a) Peças ou partes separadas do veículo no momento da recepção (tais como retrovisores, para-choques, lanternas, baterias, entre outros) deverão ser



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

mantidas junto ao veículo correspondente, preferencialmente em seu interior, de forma organizada, visando à integridade e rastreabilidade do conjunto.

b) Objetos ou pertences pessoais eventualmente deixados no interior do bem custodiado deverão permanecer no mesmo local, salvo:

- se forem perecíveis ou com risco de deterioração;
- se o veículo estiver danificado e impossibilitado de ser fechado ou lacrado com segurança.

Nessas hipóteses, os itens deverão ser transferidos para área segregada e devidamente sinalizada do pátio, com identificação vinculada ao veículo de origem, inclusive com registro fotográfico.

c) Após a conclusão da recepção, a contratada deverá registrar os seguintes dados no sistema informatizado de gestão:

- Número e identificação do Boletim de Ocorrência;
- Unidade requisitante;
- Data e hora da entrada;
- Número da vaga de armazenamento vinculada;
- Checklists e registros fotográficos obrigatórios;
- Eventuais observações ou anomalias visuais.

3.1.1.2. Procedimentos em Caso de Divergências na Vistoria de entrada

Sempre que constatadas divergências ou danos não registrados no momento da recepção, a contratada deverá seguir os seguintes protocolos:

1. Comunicar imediatamente à autoridade policial responsável, com registro formal da divergência (data, hora, descrição e local), acompanhado de registro fotográfico complementar;
2. Investigar o momento provável do dano (antes da remoção, durante o transporte ou após a entrada no pátio), com base nas imagens e registros disponíveis;
3. Comparar com os documentos e fotos de vistoria realizados pela empresa de transporte e pela própria contratada no momento da entrada;



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

4. Quando comprovado que o dano ocorreu sob a guarda da contratada, esta deverá se responsabilizar integralmente pelos prejuízos causados, conforme cláusulas contratuais.

3.1.2. Área de Perícia e Triagem

A contratada deverá dispor de área reservada e sinalizada para a realização de vistorias técnicas e triagens iniciais. A área deverá oferecer condições adequadas de segurança e acessibilidade para execução dos seguintes procedimentos:

- Avaliação visual preliminar do bem, como apoio ao preenchimento do checklist de entrada;
- Identificação de danos estruturais aparentes e condições especiais de risco para armazenamento correto (vazamentos, ausência de rodagem, exposição a contaminação, entre outros);
- Aferição da necessidade de recolhimento ao barracão coberto, se houver risco de degradação, contaminação ambiental ou comprometimento da segurança;
- Classificação do bem quanto ao tipo (motocicleta, veículo leve, veículo pesado, outros) e quanto à situação operacional (rodante, avariado, sucata, peças).

3.2. ARMAZENAMENTO

Concluído o procedimento de triagem e checklist de entrada, os veículos e bens móveis deverão ser alocados nas áreas de custódia internas do pátio, observando critérios de organização lógica, segregação por tipologia e segurança operacional, conforme o projeto de implantação aprovado e o plano de zoneamento supervisionado pela Administração.

3.2.1. Distribuição Física por Tipologia

- a) Motocicletas: Alojamento em vagas coletivas delimitadas, com espaçamento mínimo de 1 metro entre corredores de circulação.
- b) Veículos leves: Alocação em vagas individualizadas, numeradas e demarcadas, conforme projeto e planta aprovada.
- c) Veículos pesados: Alocação em vaga específica, com dimensionamento mínimo adequado compatível com as características dos veículos.



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

- d) Demais bens móveis: Armazenados em área específica a ser designada pela Administração, com identificação e registro individual no sistema da contratada.

A organização física deverá respeitar o plano de zoneamento do pátio aprovado pela fiscalização contratual, mantendo espaço para circulação de guinchos e acesso para diligências, garantindo ainda:

- Vagas numeradas e vinculadas ao cadastro individual;
- Manutenção de acessos desobstruídos para veículos de grande porte (guinchos, caminhões, carretas);
- Preservação de faixas de circulação mínima, tanto longitudinais quanto transversais, compatíveis com os fluxos operacionais e de emergência;
- Áreas segregadas para bens contaminados, queimados, com fluidos ou outros passivos ambientais, conforme avaliação técnica.

3.2.2. Área Coberta – Barracão

A contratada deverá manter estrutura coberta, com área mínima e padrão construtivo compatível, destinada à custódia de veículos gravemente danificados, avariados, incendiados, contaminados, ou que apresentem risco à integridade física de pessoas, do meio ambiente ou dos demais bens.

A estrutura deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Piso de concreto ou asfalto, impermeabilizado e com sistema de contenção de fluidos contaminantes;
- Estrutura preferencialmente de alvenaria ou metálica fechada, com proteção contra intempéries;
- Iluminação artificial funcional e ventilação cruzada natural ou forçada;
- Acesso controlado e segregado das demais áreas do pátio;
- Capacidade mínima compatível com o número de veículos previstos no projeto de implantação.

3.2.3. Armazenamento e Reposicionamento de Veículos

- a) Após a triagem, os veículos deverão ser encaminhados a vagas compatíveis com suas dimensões e condição estrutural, conforme layout do projeto de implantação aprovado.



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

b) Veículos avariados, incendiados ou em condição crítica, bem como peças soltas, deverão ser preferencialmente destinados ao barracão coberto. Caso sejam alocados em área descoberta, a contratada deverá providenciar cobertura individual com lonas impermeáveis e resistentes, a fim de evitar deterioração acelerada por intempéries.

c) O veículo ficará sob guarda e responsabilidade da contratada, que deverá adotar as medidas necessárias para preservar seu estado de conservação, considerando apenas a deterioração natural pelo tempo como fator excludente de responsabilidade.

d) Os veículos deverão ser alocados dentro das vagas previstas no projeto de implantação, com numeração vinculada ao cadastro individual. A Administração poderá determinar, a qualquer tempo, a realocação de veículos por razões operacionais, periciais ou logísticas, devendo a contratada providenciar o reposicionamento solicitado em até 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

3.3. SEGURANÇA E MONITORAMENTO

A contratada será integralmente responsável pela segurança patrimonial e integridade física dos veículos e bens móveis sob sua custódia, desde o momento do ingresso no pátio até sua efetiva liberação ou transferência autorizada. Deverá adotar medidas preventivas e corretivas, contemplando sistemas de controle ativo (tecnologia e vigilância) e controle passivo (acessos e barreiras físicas).

3.3.1. Sistema de Monitoramento Eletrônico

Deverá ser instalado sistema de videomonitoramento digital com as seguintes especificações mínimas:

- Câmeras de segurança com cobertura de 100% das áreas operacionais, incluindo acessos, portões, corredores, área administrativa, barracão coberto, áreas externas e internas de custódia;
- Armazenamento digital das imagens por período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, com qualidade suficiente para identificação facial e de placas;
- Disponibilização imediata das imagens, mediante solicitação formal da Administração, da autoridade policial ou do setor de fiscalização;



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

- Funcionamento ininterrupto, inclusive durante quedas de energia (nobreaks ou sistema de contingência);
- Painel de controle instalado em local de acesso restrito à contratada e à fiscalização.
- A contratada deverá garantir acesso remoto em tempo real ao sistema de monitoramento, com login restrito fornecido à Delegacia Seccional, em especial ao seu Centro de Comunicação, que poderá realizar inspeções visuais a qualquer tempo.

O sistema de CFTV deverá possuir as seguintes características mínimas:

- Câmeras digitais, coloridas, com resolução mínima de 5MP, padrão True Day/Night, sensibilidade de no máximo 0,3 lux, com lente varifocal (2,5 a 10 mm) ou superior;
- Monitoramento ininterrupto com gravação contínua, em sistema compatível com acesso local e remoto via web;
- Armazenamento das imagens em local seguro e fechado, por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, com possibilidade de gravação em HD, SSD, ou tecnologia equivalente;
- Inclusão de gravador digital (DVR/NVR), monitores com tela de mínimo 55 polegadas, e todos os periféricos necessários ao perfeito funcionamento;
- Câmeras externas deverão ter caixas de proteção contra intempéries, proteção solar e blindagem mínima contra impactos.

3.3.2. Controle de Acesso Físico

A contratada deverá manter controle de entrada e saída de pessoas e veículos, adotando os seguintes critérios:

- Servidores da Polícia Civil e da Polícia Técnico-Científica: Acesso autorizado mediante apresentação de carteira funcional ou distintivo institucional, sem necessidade de agendamento, devendo haver registro de entrada com data, hora e identificação;
- Público externo (proprietários, arrematantes, peritos particulares, advogados etc.): Acesso permitido exclusivamente mediante



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

agendamento prévio, com identificação completa (nome, CPF, fotografia facial), assinatura em livro de registro e acompanhamento obrigatório de servidor da Administração ou preposto da contratada;

- É vedado o acesso autônomo de particulares às áreas internas de custódia sem acompanhamento;
- O sistema de controle de acesso deverá conter, no mínimo, registro cronológico, digital ou físico, com nome, identidade, vínculo, motivo e tempo de permanência.

3.3.3. Vigilância Presencial e Rondas

Além do sistema eletrônico, a contratada deverá manter local, de forma ininterrupta (24h/7 dias por semana), inclusive em feriados, pelo menos um profissional capacitado, responsável pela vigilância patrimonial e atendimento às rotinas operacionais do contrato.

O vigilante ou preposto deverá realizar rondas periódicas nas áreas internas e perimetrais do pátio, incluindo:

- Verificação da inviolabilidade do local;
- Inspeção da condição física dos veículos armazenados;
- Conferência das instalações e equipamentos de segurança.

Toda ocorrência identificada durante as rondas deverá ser registrada em formulário próprio, digital ou físico, com posterior envio à Administração. Ocorrências graves ou que envolvam riscos imediatos, como invasões, furtos, incêndios ou ameaças à integridade dos bens, deverão ser:

- Comunicadas imediatamente à Polícia Militar e à Polícia Civil;
- Registradas com imagens (CFTV ou fotografia);
- Relatadas formalmente no Relatório Mensal de Execução, com desdobramentos e providências adotadas.

3.4. MANUTENÇÃO E MEIO AMBIENTE

A contratada será responsável por manter as instalações do pátio em permanente estado de limpeza, conservação e segurança ambiental, adotando medidas de prevenção, contenção e mitigação de riscos relacionados ao



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

armazenamento de veículos danificados, sucatas ou bens com potencial de contaminação.

3.4.1. Conservação Básica

Deverão ser adotadas rotinas periódicas de manutenção, incluindo:

- Substituição de lonas de cobertura, capas de proteção ou isolamentos, sempre que danificados ou ineficazes;
- Calibragem mensal dos pneus dos veículos classificados como rodantes ou semi-rodantes, a fim de preservar sua estrutura e facilitar eventual remoção;
- Limpeza periódica de todas as áreas de circulação, vagas de estacionamento, áreas de transbordo e entorno do barracão coberto;
- Corte de vegetação, remoção de entulhos e controle de vetores, sempre que necessário ou solicitado pela fiscalização contratual;
- Reparos imediatos nas estruturas físicas que comprometam a segurança ou integridade dos bens custodiados.

3.4.2. Controle de Vazamentos e Resíduos

A contratada deverá adotar medidas específicas para gestão de passivos ambientais, com foco na prevenção e contenção de riscos:

- Identificação e contenção imediata de vazamentos de óleo, combustível, fluídos de freio, bateria ou qualquer outro resíduo classificado como perigoso, inclusive por meio de barreiras absorventes, tanques de retenção ou estruturas apropriadas;
- Armazenamento temporário em recipientes adequados, com sinalização visível e segregação por tipo de resíduo;
- Recolhimento e destinação final por empresa licenciada, em conformidade com as normas municipais, estaduais e federais de proteção ambiental;
- Quando aplicável, a contratada deverá apresentar cópia do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) ou de documento equivalente, sempre que solicitado pela fiscalização;



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

- O não cumprimento das obrigações ambientais poderá ensejar aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo de eventual responsabilização administrativa ou civil.

3.4.3. Medidas Complementares de Conservação

- a) A contratada deverá garantir a cobertura integral e contínua de todos os veículos avariados ou sucateados estacionados em área descoberta, utilizando-se de lona ou capa impermeável de material resistente, adequadas à proteção contra intempéries;
- b) A contratada deverá realizar procedimentos de desratização e desinsetização em todo o pátio, a cada 6 (seis) meses, ou em menor prazo, conforme determinação da Administração, mantendo laudos e certificados à disposição da fiscalização.

3.5. LIBERAÇÃO DE BENS CUSTODIADOS

A retirada de qualquer bem custodiado deverá seguir critérios rigorosos de segurança, legalidade e rastreabilidade, sendo vedada a liberação por iniciativa da contratada sem autorização formal da autoridade policial responsável.

3.5.1. Documentação Obrigatória para Retirada

Somente será permitida a liberação de veículos ou bens móveis mediante apresentação e conferência da seguinte documentação:

- Autorização expressa, original e assinada por autoridade policial competente (delegado responsável ou servidor autorizado);
- Documento oficial de identidade com foto e CPF do requerente;
- Quando aplicável, procuração com firma reconhecida, contendo poderes específicos para a retirada de bens apreendidos ou custodiados.

A contratada deverá conferir a documentação, realizar registro fotográfico da entrega e manter cópia digitalizada vinculada ao sistema informatizado.

3.5.2. Checklist de Saída e Procedimentos Finais

O processo de liberação do bem deverá incluir, obrigatoriamente:



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

- Conferência física do bem com base no registro fotográfico e checklist de entrada, garantindo a compatibilidade com o estado anterior e ausência de alterações não justificadas, com preenchimento do checklist de saída em duas vias;
- Posicionamento do bem na área de retirada junto ao portão principal, exclusivamente por preposto da contratada, com acompanhamento do responsável pela retirada e, se necessário, servidor da Administração;
- Assinatura do Termo de Entrega, com data, hora, identificação do retirante e do funcionário da contratada, mantendo-se uma via digital arquivada no sistema de controle;
- Atualização imediata e automática do cadastro no sistema informatizado, com geração de relatório individual da saída contendo: identificação do bem, data/hora, documentos apresentados, responsável pela retirada, e número da autorização da autoridade policial.

3.5.3. Procedimentos de Conferência no Ato da Retirada

a) A contratada deverá conferir o bem no momento da liberação, comparando fotos da entrada, checklist inicial e estado atual, para garantir que não houve danos ou irregularidades durante o período de custódia;

b) O formulário de verificação de retirada deverá ser assinado pelo responsável pela retirada, constando data, horário e identificação completa;

c) Em caso de discordância do retirante quanto ao estado do bem, a contratada deverá:

- Registrar a ocorrência e alegações no formulário de retirada;
- Realizar nova documentação fotográfica do veículo;
- Entregar cópia do formulário ao interessado;
- Comunicar imediatamente a autoridade policial, que fará análise comparativa com fotos da entrada, laudos e inventário, a fim de avaliar eventual responsabilidade da contratada.

3.5.4. Horário de Atendimento para Retirada



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

O pátio deverá garantir atendimento ao público para liberação de veículos de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 18h00, respeitando o funcionamento dos cartórios das unidades policiais envolvidas.

3.5.5. Procedimentos Especiais de Retirada

a) Em caso de estado inadequado de conservação dos equipamentos de segurança do veículo, a retirada deverá ocorrer por meio de:

- Guincho ou empilhadeira da própria contratada;
- Sem ônus para o Estado ou para o proprietário do bem.

b) Caso o proprietário não possua habilitação ou se apresente em estado de embriaguez ou torpor, o veículo não será liberado. O interessado deverá:

- Apresentar pessoa habilitada para retirada, ou;
- Providenciar remoção com guincho próprio, às suas custas.

c) A contratada deverá recusar a entrega em qualquer das hipóteses acima, e poderá solicitar apoio policial, se necessário.

3.5.6. Atualização no Sistema Informatizado

A saída do bem deverá ser registrada imediatamente no sistema, com preenchimento do checklist de saída, contendo no mínimo:

- Data e hora;
- Responsável pela retirada;
- Número da vaga anteriormente ocupada;
- Quilometragem, quando o veículo for rodante;
- Documento que autorizou a liberação.

3.6. GESTÃO DE INCIDENTES E OCORRÊNCIAS

A contratada será integralmente responsável por adotar medidas preventivas, corretivas e informativas em caso de qualquer incidente que envolva os bens custodiados, as instalações do pátio ou as atividades relacionadas à execução do contrato.



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

Para fins deste Protocolo, consideram-se incidentes: furtos, danos, extravios, contaminações ambientais, tentativas de invasão, sinistros, incêndios, falhas operacionais, interrupções de segurança, acidentes internos e demais eventos que comprometam a integridade dos bens, do ambiente ou das obrigações contratuais.

3.6.1. Registro Imediato da Ocorrência

Ao constatar qualquer incidente ou evento anormal, a contratada deverá:

- Isolar a área afetada (quando aplicável) e tomar medidas imediatas de contenção do dano;
- Registrar o fato em formulário próprio de ocorrência, contendo: data, hora, descrição completa, identificação dos envolvidos, medidas adotadas e possíveis testemunhas;
- Capturar imagens de câmeras de segurança (se aplicável) e realizar novo registro fotográfico do bem ou da área afetada;
- Registrar o incidente no sistema informatizado de controle, vinculado ao bem ou setor correspondente.

3.6.2. Comunicação à Administração e Autoridades

Após o registro, a contratada deverá comunicar formalmente a ocorrência:

- À autoridade policial responsável pela unidade que requisitou a guarda;
- Ao setor de fiscalização contratual da Delegacia Seccional;
- À Polícia Técnico-Científica (quando houver necessidade de perícia complementar);
- À empresa seguradora (quando aplicável).

A comunicação deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (duas) horas, podendo ser imediata nos casos de maior gravidade, preferencialmente por e-mail funcional ou sistema SEI, com posterior formalização documental.

3.6.3. Providências Administrativas

A contratada deverá:

- Colaborar integralmente com a apuração da ocorrência, inclusive com fornecimento de documentos, imagens, registros e acesso ao local;



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

- Executar as medidas corretivas ou compensatórias determinadas pela Administração, especialmente nos casos de dano, extravio ou violação de bem custodiado;
- Garantir a reposição, indenização ou recuperação do bem, conforme critérios definidos no contrato e nas cláusulas de responsabilidade.

3.6.4. Relato Mensal e Histórico de Ocorrências

Todos os incidentes registrados no período deverão constar em quadro sintético no Relatório Mensal de Execução, detalhando: tipo de incidente, bem afetado, providências adotadas e status de resolução. A Administração poderá auditar ou requerer diligências adicionais a qualquer tempo.

3.7. RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A contratada deverá elaborar e encaminhar à Administração, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, Relatório Mensal Consolidado referente à execução dos serviços do mês anterior.

O relatório servirá como base para a avaliação de desempenho, validação do serviço prestado, liberação de pagamentos e aplicação de eventuais penalidades ou ajustes operacionais.

3.7.1. Conteúdo Mínimo do Relatório

O relatório mensal deverá ser apresentado em formato digital com planilhas detalhadas contendo, no mínimo:

- Quadro geral de movimentação de bens: entradas, saídas, transferências e saldo final;
- Lista detalhada de: veículos recebidos no mês (com placa ou chassi, marca, modelo, cor, espécie, tipo, número do BO, delegacia de origem; veículos retirados/liberados, indicando responsável pela retirada, data, documento de liberação e destino); veículos leiloados e/ou compactados (com datas, termos de autorização e destino final); veículos sob guarda no encerramento do período (com status, vaga ocupada e tipo de guarda - área coberta ou descoberta);
- Resumo das ocorrências e incidentes registrados, conforme protocolo da etapa 3.6;



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

- Indicadores de desempenho, como tempo médio de recepção e liberação, número de divergências, reclamações, não conformidades, tempo de resposta às solicitações da Administração, entre outros definidos em contrato;
- Checklists de vistoria mensal realizados pela Administração ou pela contratada;
- Lista de bens com situação crítica, tais como: veículos com risco ambiental, deterioração, em vias de leilão ou abandono prolongado;
- Evidências documentais e fotográficas, se solicitado pela fiscalização;
- Declaração expressa do responsável técnico, atestando a veracidade das informações apresentadas.
- Timbre da empresa, Nome e função do responsável técnico, data de emissão e assinatura eletrônica.

3.7.2. Forma e Arquivamento

- O relatório deverá ser apresentado em meio digital, preferencialmente em PDF assinado digitalmente, com envio para o e-mail institucional da Delegacia Seccional e/ou por meio do sistema SEI, conforme orientações administrativas;
- A contratada deverá manter cópia arquivada por no mínimo 12 (doze) meses, disponível para consulta ou auditoria a qualquer tempo;
- O descumprimento desta obrigação será considerado inadimplemento contratual, ensejando as penalidades previstas.

3.7.3. Relação com a Medição e Pagamento

O relatório mensal será analisado pela Administração, que emitirá parecer quanto à regularidade dos serviços e autorizará a medição contratual e o pagamento correspondente.

Havendo inconsistências, omissões ou recusa no envio do relatório, a Administração poderá rejeitar a medição, reter valores, aplicar sanções ou solicitar correções antes da liberação de qualquer valor.

3.7.4. Entrega de banco de dados ao final do contrato



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

Ao término do contrato, qualquer que seja o motivo (término regular, rescisão, substituição), a contratada deverá entregar à Administração, em mídia digital:

- Cópia integral do banco de dados utilizado;
- Todas as planilhas mensais;
- Relatórios fotográficos vinculados aos bens custodiados;
- Termos de liberação, ocorrências e registros formais.

3.8. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A execução dos serviços será acompanhada, monitorada e fiscalizada pela Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga, por meio de servidores formalmente designados, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, e das normas complementares da Controladoria Geral do Estado (CGE-SP).

A fiscalização atuará de forma preventiva, corretiva e orientativa, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução dos serviços.

3.8.1. Instrumentos de Fiscalização

A fiscalização utilizará, no mínimo, os seguintes instrumentos:

- Relatórios Mensais de Execução, elaborados pela contratada, conforme etapa 3.7;
- Formulário de Avaliação dos Serviços Prestados (Anexo VI), com pontuação mensal baseada em critérios objetivos, aplicado pela Administração;
- Checklists de Vistorias Presenciais, programadas ou por demanda;
- Análise dos registros fotográficos e documentais, vinculados ao sistema informatizado de controle da contratada;
- Requisição de informações, documentos ou providências, a qualquer tempo, sem necessidade de aviso prévio;
- Registro de não conformidades e solicitação formal de correções, com prazos determinados.

3.8.2. Providências da Administração



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

Com base na fiscalização realizada, a Administração poderá:

- Determinar ações corretivas imediatas à contratada;
- Aplicar glosas ou retenções de valores, conforme previsão contratual;
- Propor sanções administrativas (advertência, multa, suspensão), em caso de descumprimentos reiterados ou de natureza grave;
- Suspender o pagamento até a resolução de pendências ou regularização da situação contratual;
- Propor à autoridade competente a rescisão contratual, nos termos da lei.

3.8.3. Cooperação com a Fiscalização

A contratada deverá:

- Garantir acesso irrestrito às instalações e sistemas relacionados à execução contratual;
- Cooperar com os fiscais designados, fornecendo documentos, imagens, declarações e quaisquer outros elementos solicitados;
- Responder formalmente às notificações, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, salvo prazo específico determinado pela Administração.

3.8.4. Registro das Ações Fiscalizatórias

Todos os atos de fiscalização deverão ser formalizados em relatório próprio, com registros no sistema SEI ou outro meio oficial, assinados pelos fiscais e, quando necessário, por representantes da contratada.

Esses documentos comporão o histórico de execução do contrato, servindo de base para medições, auditorias, aplicação de penalidades e decisões administrativas.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. DESTINAÇÃO DA ÁREA CONTRATUAL



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

Durante toda a vigência do contrato, o pátio será integralmente destinado à Polícia Civil do Estado de São Paulo, sendo vedada a realização de qualquer outra atividade comercial ou contratual no local, inclusive com órgãos públicos, sem autorização expressa e formal da Administração contratante.

A área destinada ao contrato, conforme apresentada no projeto de implantação aprovado, deverá ser fisicamente segregada de quaisquer outros espaços eventualmente utilizados pela contratada, garantindo-se o uso exclusivo e autônomo pela Polícia Civil.

Dentro dos limites físicos e legais estabelecidos contratualmente, a área poderá ser utilizada para a guarda de quaisquer bens móveis de interesse da Administração, inclusive viaturas oficiais fora de operação, veículos de apoio, bens apreendidos diversos e demais materiais vinculados à atividade policial.

4.2. PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE

A Polícia Civil, por intermédio da autoridade contratante, poderá, a qualquer tempo:

- Determinar a realocação ou remanejamento interno de veículos ou bens custodiados, independentemente de aviso prévio à contratada;
- Utilizar o pátio ou parte de suas áreas para a realização de leilões administrativos, perícias, vistorias técnicas ou outros eventos institucionais, inclusive nos fins de semana;
- Determinar ajustes operacionais, remanejamento de setores ou adequações logísticas, desde que não impliquem aumento do objeto contratado, devendo ser atendidas pela contratada no prazo fixado.

4.3. REGIME DE FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO

Os serviços deverão ser executados de forma ininterrupta, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos domingos e feriados, sem prejuízo da qualidade e da continuidade do atendimento.

4.4. RECEBIMENTO DE VEÍCULOS E CARGAS COM POSSIBILIDADE DE TRANSBORDO

4.4.1. A contratada deverá receber qualquer veículo ou bem móvel que lhe for encaminhado, independentemente de sua condição operacional, inclusive aqueles contendo carga acoplada ou transportada.



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

4.4.2. Nos casos em que houver necessidade de transbordo de carga, o procedimento deverá ser previamente autorizado pela Administração e ocorrer, preferencialmente, em horário comercial (segunda a sexta-feira, das 8h às 18h).

4.4.3. Excepcionalmente, em caso de cargas perecíveis ou com risco de deterioração, o transbordo poderá ser autorizado fora do horário comercial, mediante justificativa e autorização expressa da autoridade requisitante.

4.5. RESPONSABILIDADE E GUARDA PROVISÓRIA

A partir do ingresso do bem no pátio, a contratada assume a guarda direta e a responsabilidade objetiva pela integridade do bem, até sua retirada autorizada ou transferência por determinação da Administração. A recusa imotivada de recebimento poderá ensejar aplicação de sanções contratuais.

4.5.1. Responsabilidade por Danos Durante a Guarda

a) A contratada será integralmente responsável por quaisquer danos, avarias ou perdas que ocorram com os bens sob sua guarda, enquanto alocados nas vagas ou áreas designadas no projeto aprovado.

b) Essa responsabilidade subsiste mesmo em caso de intempéries ou eventos externos, exceto se comprovada culpa exclusiva de terceiros ou força maior devidamente caracterizada.

c) Eventuais prejuízos sofridos pela Administração em decorrência de omissão ou falha da contratada poderão ser objeto de direito de regresso, inclusive contra a apólice de seguro exigida no contrato.

4.6. PROIBIÇÃO DE COBRANÇA INDEVIDA

4.6.1. É expressamente vedada à contratada a cobrança de qualquer valor dos proprietários, procuradores ou terceiros no ato de retirada de bens ou em qualquer outra fase da prestação dos serviços, exceto quando expressamente previstos em lei ou norma regulamentar vigente.

4.6.2. Nenhum valor poderá ser pago diretamente à contratada ou aos seus prepostos. Toda e qualquer arrecadação deverá ocorrer exclusivamente nos meios autorizados pela Administração Pública.



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

4.6.3.A contratada deverá afixar em local visível, na entrada e área de atendimento ao público, aviso ostensivo com os seguintes dizeres, em letras legíveis e com boa visibilidade:

“É proibida a cobrança de qualquer taxa ou valor no ato da retirada de veículos ou bens, salvo quando previsto em lei. Nenhum pagamento deve ser feito diretamente a funcionários ou prepostos deste pátio. Denúncias: (13) 3864-1721.”

4.6.4.A cobrança indevida, se comprovada, será considerada infração contratual grave, sujeitando a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (advertência, multa, suspensão de licitar e contratar), sem prejuízo de apuração criminal e civil.



Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

AUTO DE VISTORIA PARA ENTRADA/SAÍDA DE VEÍCULO

CHECK LIST DO VEÍCULO						
DATA DA ENTRADA:	DELEGACIA:	PLACA DO VEÍCULO:	NÚMERO RDO/ IP	KM VEÍCULO		
TIPO DE VEÍCULO:				EMPRESA RESPONSÁVEL P/REMOÇÃO		
MARCA DO VEÍCULO:	MODELO DO VEÍCULO:	ANO DE FABRICAÇÃO:	ANO/MODELO:			
CHASSI:			MOTOR N°			
LEGENDA:						
N/A – NÃO SE APLICA	C – CONFORME	CR – CONFORME COM RESTRIÇÕES			A – AVARIAS	
Itens a serem inspecionados	C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES	
Veículo andando quando acionada a ignição						
Estado Geral da lataria						
Estado geral de vidros						
Estado geral dos bancos						
Estado dos pneus						
Possui Estepe						
Possui Rodas						
Existência de Motor e Caixa de Câmbio						
Possui Equipamentos Obrigatórios (chave rodas/triângulo)						
Aparelhos de som e ou imagem						
Possui Retrovisores						
Possui Extintor de Incêndio						
Faróis e Lanternas íntegros						
Observações:						
nome do condutor do guincho:			assinatura e nº RG do guincheiro			
Nome completo do policial civil:			assinatura e nº RG do policial civil			
Nome do responsável pela vistoria no Pátio			Assinatura e nºRG		Hora da chegada:	



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – Deinter 6
Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

ANEXO IV – PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

O presente Plano de Implementação tem por finalidade organizar o acompanhamento técnico da execução contratual, estabelecendo um cronograma de cumprimento escalonado das obrigações da contratada. A divisão entre **exigências de Nível 1 (cumprimento urgente)** e **Nível 2 (implementação progressiva)** visa garantir previsibilidade, transparência, efetividade contratual e segurança institucional para a Polícia Civil do Estado de São Paulo.

1. EXIGÊNCIAS DE NÍVEL 1 – CUMPRIMENTO URGENTE

Deverão estar **integralmente atendidas em até 90 (noventa) dias após assinatura do contrato** e constituem condição para **validação ou extinção** do contrato (no segundo caso, com as devidas sanções administrativas):

- Área útil mínima disponível para operação, conforme Termo de Referência, com comprovação em vistoria in loco;
- Área física cercada, com portão funcional e controle de acesso básico;
- Setorização preliminar (mínima) para motos, leves, pesados e peças;
- Área administrativa com cobertura mínima e infraestrutura básica (iluminação, tomada, sanitário);
- Área de triagem ou perícia sinalizada, com espaço suficiente para checklist e vistoria;
- Sistema básico de segurança (presencial ou eletrônico);
- Apresentação do Projeto de Implantação aprovado, contendo planta, delimitação de áreas e numeração das vagas;
- Sistema informatizado funcional, com capacidade de:
 - Cadastro de bens;
 - Registro fotográfico da entrada;
 - Relatórios simples;
- Indicação formal de responsável técnico operacional, com disponibilidade local;
- Entrega da Declaração de Ciência dos Protocolos de Execução dos Serviços (Anexo do TR);



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – Deinter 6
Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

- Apólice de seguro ou, quando admitido, declaração formal de responsabilidade conforme ETP/TR;
- Disponibilidade mínima de profissional presencial para atendimento e guarda.

2. EXIGÊNCIAS DE NÍVEL 2 – CUMPRIMENTO EM ATÉ 90 DIAS

Estas obrigações poderão ser cumpridas progressivamente, **em até 90 (noventa) dias a contar da assinatura do contrato, prorrogáveis por mais 90 dias**, mediante justificativa:

- Cobertura adicional (barracão metálico ou estrutura equivalente) para veículos especiais, avariados ou de alto valor;
- Pavimentação parcial ou total da área operacional de circulação;
- Demarcação e numeração definitiva das vagas com pintura no piso ou placas verticais;
- Instalação de CFTV com gravação contínua, por no mínimo 180 dias, com acesso remoto habilitado à Administração;
- Sistema de controle de acesso digital (log, login, senha, ou outro recurso que registre entrada e saída de usuários);
- Mobiliário complementar para área administrativa (mesa, cadeiras, computador, armário);
- Sistema informatizado com:
 - Campos personalizados;
 - Relatórios com filtros por data, BO, placa, tipo, situação;
 - Histórico por bem;
- Canal de atendimento ao público funcional, com linha telefônica e e-mail operacionais;
- Laudos de dedetização e desratização (com periodicidade mínima semestral);
- Identificação visual externa (placa institucional visível com nome da empresa, logomarca da Polícia Civil e proibição de cobrança);
- Afixação de aviso padrão de proibição de cobrança direta, conforme especificado no TR;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – Deinter 6
Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

- Caixa de proteção e infraestrutura para equipamentos de segurança eletrônica externa (conforme normas técnicas);
- Manual interno de rotinas operacionais vinculado ao Protocolo de Execução dos Serviços.

3. PRAZOS E MONITORAMENTO

3.1. A fiscalização da execução contratual observará o seguinte cronograma:

Etapas	Responsável	Prazos
Vistoria de Nível 1	Administração	Até 90 dias da assinatura
Implementação Nível 2	Contratada	Até 90 dias da assinatura
Prorrogação (se houver)	Contratada/Administração	Até +90 dias com justificativa
Vistoria de Nível 2	Administração	Após prazo final, com relatório

3.2. O descumprimento injustificado das obrigações previstas poderá ensejar aplicação de penalidades administrativas, inclusive rescisão contratual por inexecução parcial.

3.3. O plano será acompanhado pela Comissão de Fiscalização designada, com registros formais inseridos no processo SEI e comunicação periódica com a autoridade contratante.

ANEXO II

UGE 180316

(Processo Administrativo nº058.0066377/2025-96)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO
PAULO, POR INTERMÉDIO DA DELEGACIA
SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACUPIRANGA E

.....

O Estado de São Paulo por intermédio do(a) Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga/SP, com sede na Avenida Hilda Mohring de Macedo, nº 1329, Vila Elias, Jacupiranga/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.236.548/0034-54, neste ato representada por Carlos Eduardo Vieira Ceroni, Delegado Seccional de Polícia e Gestor da UGE, nomeado pela Portaria nº 2274, de 07 de agosto de 2024, publicado (a) no de 08 de agosto de 2024, DOE SP, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a),inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº.....,conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos,tendo em vista o que consta no Processo nºe em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico nº .../...*, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de **depósito e guarda de veículos automotores e outros bens móveis apreendidos em decorrência de atos característicos de polícia judiciária ou de interesse da Administração, a fim de atender a todas as unidades subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga, com disponibilização e administração do pátio, com área total mínima de 11.397,474 m²**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento,do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de Guarda de Veículos e Bens Móveis com disponibilização e administração de pátio	14087	Mês	60		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1.O Termo de Referência;

1.3.2.O Edital da Licitação;

1.3.3.A Proposta do Contratado; e

1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço global**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses, contados da data estabelecida para início dos serviços**, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1.O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2.Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3.O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4.Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5.Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da

contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO(art. 92, V)

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na*

alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 30/06/2026.*
- 7.2. *É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPC-FIPE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*
- 7.3. *No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*
- 7.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*
- 7.5. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*
- 7.6. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*
- 7.7. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*
- 7.8. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. *Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;*
- 8.1.2. *Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;*
- 8.1.3. *Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;*

- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
 - 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **30 (trinta) dias** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
 - 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.
- 8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.
- 8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. **Informar eventual substituição ou qualquer alteração em relação ao responsável técnico da empresa;**

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;
- 9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz

para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.23. ***Elaborar e apresentar mensalmente relação dos veículos depositados e liberados para confronto com os arquivos da Administração, e, extraordinariamente, quando solicitado pela Contratante.***
- 9.1.24. ***Garantir que as áreas destinadas à execução dos serviços objeto deste contrato sejam de uso exclusivo da Polícia Civil, sendo vedada a guarda de quaisquer outros bens ou veículos estranhos à Administração contratante, salvo autorização formal da contratante;***
- 9.1.25. ***Responsabilizar-se pela guarda dos veículos apreendidos e depositados no seu pátio até a conclusão do novo certame licitatório deflagrado pela Administração, até a consequente transferência para novo pátio;***
- 9.1.26. ***Quando do término do contrato, sob toda e qualquer de suas formas, emitir “TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS DEPOSITADOS” à nova***

contratada e à Administração, com todas as informações relativas aos veículos custodiados;

9.1.27. Contratar e manter apólice de seguro total do pátio, com cobertura contra roubo, furto, incêndio, enchente, raio e outros sinistros e forças da natureza, conforme estabelecido no Termo de Referência, apresentado à Contratante, sempre que solicitado, a apólice relativa aos seguros referidos, bem como os respectivos comprovantes de quitação do correspondente prêmio. A apólice deverá indicar o valor efetivamente segurado, todas as despesas, impostos, taxas e pagamentos relativos ao referido seguro correndo por conta exclusivamente da Contratada, inclusive a franquia incidente em caso de sinistro.

9.1.28. Em caso de inviabilidade justificada da contratação da apólice no prazo exigido, admite-se, em caráter excepcional, a apresentação de declaração de responsabilidade, nos termos do item 5.4.2 do Termo de Referência.

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

9.5. ***Cumprir as exigências e prazos estabelecidos no Plano de Implementação.***

9.6. ***Apresentar mensalmente à Administração, até o 5º dia útil, relatório de atividades conforme descrito no Termo de Referência do Edital (item 6.9 e seguintes), contendo no mínimo os seguintes itens: Lista atualizada de veículos no pátio, entradas e saídas no período, ocorrências gerais, informações sobre eventuais visitantes (devidamente autorizados pela Administração), dentre outras informações relevantes.***

10. CLÁUSULA DÉCIMA-OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *No âmbito da execução do objeto deste contrato, o Contratado deve cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à proteção de dados pessoais, inclusive regulamentos editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, e deve observar as instruções por escrito do Contratante no tratamento de dados pessoais.*

10.1.1. *O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.*

10.1.2. *Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da Lei nº 13.709, de 2018, o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.*

10.1.3. *Considerando a natureza do tratamento, o Contratado deve, enquanto operador de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na Lei nº 13.709, de 2018.*

10.1.4. *O Contratado deve:*

10.1.4.1. *notificar o Contratante na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei nº 13.709, de 2018; e*

10.1.4.2. *quando for o caso, auxiliar o Contratante na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere a subdivisão anterior.*

10.1.5. *O Contratado deve notificar ao Contratante, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o Contratante cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei nº 13.709, de 2018.*

10.1.6. *O Contratado deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.*

10.1.7. *O Contratado deve auxiliar o Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei nº 13.709, de 2018, no âmbito da execução deste Contrato.*

10.1.8. *Na ocasião do encerramento deste contrato, o Contratado deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao Contratante ou eliminá-los, conforme decisão do Contratante, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, certificando por escrito, ao Contratante, o cumprimento desta obrigação.*

10.1.9. *O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo Contratante ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.*

10.1.10. *O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709, de 2018 ou de instruções do Contratante relacionadas a este contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.*

10.1.11. *Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709, de 2018, deverão ser observadas pelo Contratado ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do Contratante.*

10.1.12. *É vedada a transferência de dados pessoais, pelo Contratado, para fora do território do Brasil.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a Resolução SSP 05/2026, que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

- 12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa.*

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

- 13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

- 13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. *Gestão/Unidade: 00001 / 180316*
- II. *Fonte de Recursos: 150010001*
- III. *Programa de Trabalho: 06181180149890000*
- IV. *Elemento de Despesa: 33903999*

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *01 (uma) via*, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

ANEXO IV

MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

(elaborada pelo licitante)

Objeto: **Contratação de depósito e guarda de veículos automotores e outros bens móveis apreendidos em decorrência de atos característicos de polícia judiciária ou de interesse da Administração, a fim de atender a todas as unidades subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga, com disponibilização e administração do pátio, com área total mínima de 11.397,474 m²**, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de Guarda de Veículos e Bens Móveis com disponibilização e administração de pátio	14087	Mês	60	XX	XXX

Valor Total Estimado da Contratação (R\$) XXX (XXX POR EXTENSO)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Data base dos preços: Junho/2026.

Dados da Empresa Empresa/Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone para contato:

E-mail para contato:

Porte:

Dados bancários:

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

(...)

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMETIMENTO QUANTO AO PROTOCOLO DE
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

(em papel timbrado do licitante)

À DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACUPIRANGA/SP
Pregão nº _____/2026

A empresa _____, CNPJ Nº _____, com endereço à _____, por meio de seu representante legal _____, CPF nº _____, **DECLARA**, para os devidos fins, que teve pleno acesso e tomou ciência integral do conteúdo **do Edital, Termo de Referência e Protocolo de Execução dos Serviços**.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

Declara, ainda, estar ciente de que o cumprimento das diretrizes, fluxos operacionais, rotinas e padrões definidos nesse protocolo constitui obrigação contratual, assumindo o compromisso de observá-los integralmente durante toda a vigência do contrato.

Por ser verdade, firma a presente para que produza os efeitos legais e administrativos cabíveis.

Local, data

Assinatura e identificação do responsável legal da empresa

ANEXO VI

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de Guarda de Veículos e Bens Móveis com disponibilização e administração de pátio	14087	Mês	60	20.629,43	1.237.765,80

Jacupiranga, 15 de junho de 2026.

Thiago Milanese Sabbag

Escrivão de Polícia